

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 03 DE MARÇO DE 2010

NÚMERO 6.143

**16ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa
MESA**

Gelson Merísio
PRESIDENTE

Jorginho Mello
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira – Vice-Presidente
Antônio Aguiar
Darci de Matos
Dirceu Dresch
Décio Góes
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Sargento Amauri Soares
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES
E DESENVOLVIMENTO
URBANO**

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes – Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
José Natal Pereira
Manoel Mota
Carlos Chiodini
Narcizo Parisotto
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos – Vice-Presidente
Dado Cherem
Reno Caramori
Edson Andrino
Adherbal Deba Cabral
Derli Rodrigues
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori – Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Serafim Venzon
Dirceu Dresch
Romildo Titon
Sargento Amauri Soares
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Jean Kuhlmann
Dado Cherem
Dirceu Dresch
Joares Ponticelli
Manoel Mota
Elizeu Mattos
Derli Rodrigues
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente
Jean Kuhlmann – Vice-Presidente
José Natal Pereira
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Darci de Matos - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-
Presidente
Nilson Gonçalves
Pedro Uczai
Kennedy Nunes
Genésio Goulart
Adherbal Deba Cabral

Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**

Serafim Venzon
Pedro Uczai
Sílvio Dreveck
Carlos Chiodini
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Derli Rodrigues
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Dirceu Dresch - Presidente
Renato Hinnig – Vice-Presidente
Marcos Vieira
Ismael dos Santos
Reno Caramori
Edson Andrino
Derli Rodrigues
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Darci de Matos
Dado Cherem
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Genésio Goulart
Professora Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Ana Paula de Lima - Presidente
Kennedy Nunes – Vice-Presidente
José Natal Pereira
Carlos Chiodini
Adherbal Deba Cabral
Ismael dos Santos
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Cézar Souza Júnior
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Antônio Aguiar
Elizeu Mattos
Derli Rodrigues
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE
RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL**

Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves – Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edson Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Professora Odete de Jesus -
Presidente
Nilson Gonçalves – Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Pe. Pedro Baldissera
Lício Mauro da Silveira
Rogério Mendonça (Peninha)
Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.aleesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2143
1ª EDIÇÃO - 06 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 011ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 02/03/2010 2

Atos da Mesa

Atos da Presidência DI 17
Atos da Mesa 18

Publicações Diversas

Ata da Procuradoria 19
Aviso de Licitação 19
Ofício 19
Portarias 20
Projetos de Lei 20
Projeto de Lei Complementar 24

PLENÁRIO

ATA DA 011ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2010 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Discorre sobre as realizações do governo do estado na Segurança Pública.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Saúda a comitiva de empresários da província de Henan, na China.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Afirma que o governo do estado não cumpre a determinação legal de manter atualizado um banco de dados e de dar publicidade aos índices de violência e criminalidade.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) -

Registra a presença de Leodir Vedovatto, líder do PT de Águas Frias.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Fala das frequentes fugas de detentos e afirma que a insegurança pública é cada vez maior por falta de uma política pública clara.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Registra a presença dos prefeitos de Macieira e de Salto Veloso.

Partidos Políticos

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Reporta-se à falta de segurança pública em SC.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Registra a presença de técnicos da Caixa Econômica Federal.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Expressa solidariedade ao prefeito João Rodrigues; lamenta a morte de José Mindlin; defende projeto de sua autoria referente a trotes em calouros universitários.

DEPUTADO ROMILDO TITON - Celebra os 129 anos de emancipação político-administrativa de Campos Novos.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Manifesta desgosto pelas declarações do prefeito João Rodrigues contra o PMDB; comenta as próximas prévias do PMDB; ressalta o prestígio do governador Luiz Henrique.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Elogia

o pronunciamento do deputado Rogério Mendonça.

DEPUTADO DADO CHEREM - Tece críticas ao prefeito de Balneário Camboriú; analisa a má informação que todos os dias chega às casas dos brasileiros através dos meios de comunicação; elogia o abrigo dado aos chilenos pelo prefeito Edson Piriquito.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Ataca o Democratas em função dos episódios do Distrito Federal; comenta decisão da Justiça Federal contra o prefeito João Rodrigues.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (aparte) - Cobra coerência do PT no combate à corrupção.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Opina que os parlamentares devem abordar temas locais e não temas nacionais.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (pela ordem) - Afirma que o PT deve ter informações privilegiadas da Polícia Federal.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Reage contra a posição do deputado Kennedy Nunes de limitar os assuntos que devem ser debatidos.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Discorda dos números do governo do estado sobre a variação salarial da Polícia Militar.

Ordem do Dia

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Pede esclarecimentos sobre o Pedido de

Informação n. 0015/2010, de autoria do deputado Pedro Uczai.

Explicação Pessoal

DEPUTADO MANOEL MOTA - Comemora o sucesso do XX Quilômetro de Arrancada de Caminhões, realizado em Balneário Arroio do Silva.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Elenca os projetos que lei que apresentou à Assembléia Legislativa.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Anuncia a presença do prefeito de Otacilio Costa e do vereador Foguinho.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda a criação de empregos no país e a discussão com vistas à redução da jornada de trabalho.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (aparte) - Alerta para necessidade de coibir os excessivos lucros dos bancos.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Defende as ações do governo Lula.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Cobra os investimentos prometidos pelo governo federal em SC.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Cobra ação do PT na expulsão dos seus "mensaleiros"; reclama da discriminação com o vale do Itajaí por parte da secretaria da Segurança Pública.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Defende o PT das acusações de deputado Jean Kuhlmann.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Critica o aumento do IPTU em Brusque.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (aparte) - Concorda com as críticas do deputado Serafim Venzon.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Defende o prefeito de Brusque.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Refuta críticas ao governo federal e ataca democratas e peessedebistas.

DEPUTADO JAILSON LIMA (aparte) - Compara os índices de intenção de voto de José Serra e Dilma Rousseff.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Registra o falecimento de Vó Chica, do Campeche, e de Marcilio Krieger.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o deputado Antônio Aguiar, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - (Passa a ler.)

"Sr. presidente, colegas parlamentares, senhoras e senhores, telespectadores que nos assistem pela TVAL e você, que nos escuta pela Rádio AleSC Digital, vou tratar de um tema que considero delicado: a segurança pública, um assunto frequente, motivo de debate nesta Casa e que precisa ser amplamente discutido, em razão de sua importância e por ser um dos serviços essenciais que a administração pública deve prestar, juntamente com educação e saúde.

Na semana passada, o deputado Sargento Amauri Soares trouxe ao plenário imagens divulgadas numa rede de comunicação sobre o descaso registrado com um cidadão que foi à delegacia de Paulo Lopes registrar queixa por arrombamento em sua residência e recebeu uma resposta inadequada do policial de plantão, dizendo que o boletim de ocorrência não sairia da gaveta,

que o caso não seria investigado. É um absurdo! E aquele policial foi afastado de suas funções.

É bem verdade que esse tipo de comportamento não condiz nem espelha a índole do policial catarinense, seja civil ou militar. E não é de hoje que um ou outro policial comete deslizos que acabam por refletir na imagem do estado.

Também, na semana passada, foi prolatada a sentença da 4ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça, que condenou o estado a pagar R\$ 5 mil em indenização por danos morais a um cidadão que no ano de 2000 foi abordado por policiais em São Francisco do Sul, quando retornava do trabalho, e que por não portar documentos acabou sendo agredido. O cidadão foi em casa, buscou seus documentos, dali seguiu para a delegacia para registrar queixa pela agressão, e outra vez foi agredido. Um absurdo, que agora resulta numa sentença em que aquele cidadão vai receber pelo menos ressarcimento pelo dano moral.

Vejam que é um caso antigo, de dez anos atrás, ou seja, de outro governo, o que bem demonstra que problemas sempre existiram, mas é bem verdade que a sociedade deve preocupar-se com a escalada da violência.

Outros parlamentares também se pronunciaram sobre o tema. Mas não podemos esquecer que quase a metade das vítimas de homicídio em Santa Catarina tinha antecedentes criminais, e que o nosso estado apresenta os menores índices de criminalidade, de acordo com a Secretaria Nacional da Segurança Pública. Num recente *ranking* da violência publicado por uma organização não governamental que atua na área, Santa Catarina ocupou a 26ª posição entre os 27 estados brasileiros.

Quando se critica a segurança pública, devemos iniciar pela questão remuneratória. O governo mais que dobrou a folha de pagamento para o pessoal da Segurança Pública. Eram R\$ 32 milhões, em 2003, e hoje a folha já ultrapassa os R\$ 72 milhões.

Quando se fala em estrutura, vale lembrar que a Polícia Militar criou comandos regionais para conferir maior interação com a comunidade; o Corpo de Bombeiros foi desvinculado da Polícia Militar e o Instituto Geral de Perícias desvinculado da Polícia Civil para criar a independência desses órgãos visando a um melhor atendimento à comunidade, em razão da especificidade de suas atuações e para ampliar e descentralizar os serviços prestados.

O grande desafio na área foi abrir frentes de trabalho para repor os quadros de pessoal, em função da defasagem de contingente, tanto pela demanda de serviço quanto pelo envelhecimento dos quadros. Isso demandou um investimento em pessoal, com a inclusão e nomeação de 5,3 mil, entre os diversos setores do sistema, abrangendo a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros Militar, o Instituto Geral de Perícias, o Departamento Prisional e o Departamento de Justiça e Cidadania. E é bom lembrar que o governo anterior incluiu somente 584 novos profissionais durante todo o período em que administrou o estado. Já o número vagas no sistema prisional subiu de quatro mil, em 2003, para oito mil vagas em dezembro de 2009, e este ano deve chegar a nove mil vagas.

Ainda ontem, deputado Sargento Amauri Soares, participei, em Canoinhas, da inauguração da UPA local - Unidade Prisional Avançada - e da entrega de quatro viaturas

para o sistema prisional, em cerimônia que contou com a presença do governador Luiz Henrique e dos secretários Ronaldo Benedet, da Segurança Pública, Justiniano Pedrosa, da Justiça e Cidadania, do secretário de Desenvolvimento Regional Edmilson Verka, e do prefeito Leoberto Weinert. Vejam que naquela unidade prisional foi investido R\$ 1,7 milhão, com a prefeitura de Canoinhas também dando a sua contribuição através da doação do terreno, pois a segurança é responsabilidade de todos os gestores públicos.

São mais 72 vagas e com isso diminuí o tráfego de presos entre Canoinhas e Mafra, para onde eram levados os presos da comarca, num percurso de mais de 160km, conforme bem lembrou o diretor-geral da Polícia Civil, Maurício Eskudlark. A comarca ainda ganhará uma Delegacia da Mulher, neste mês de março, terá mais um delegado e três agentes penitenciários.

Deve-se observar que o número de presos cresceu de seis mil, em 2003, para mais de 12 mil, em 2010. Então, dobramos o número de presos no estado de Santa Catarina. E o número de vagas para adolescentes subiu de 200, em 2003, para 600, em 2010.

De outra parte, em seis anos aconteceram mais de seis mil promoções no âmbito da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Cerca de cinco mil profissionais passaram por cursos de capacitação em suas diversas áreas de atuação. Além disso, o governo realizou concurso público para a Polícia Militar, Polícia Civil, Sistema Prisional, Instituto Geral de Perícias e para monitores dos Centros de Atendimento ao Adolescente Infrator.

O Sistema Integrado de Segurança Pública já registra sete milhões de pessoas que, em algum momento, tiveram contato com os órgãos da área. Existem seis milhões de cidadãos com identidade civil, o estado tem uma frota de três milhões de veículos e contabiliza 720 mil boletins de ocorrências registrados por ano. A partir daí é possível trabalhar com o que se chama de 'cadastro positivo', que facilita a vida do cidadão. A falta de documento em uma *blitz* policial, por exemplo, pode ser resolvida com uma consulta ao sistema, mesmo via rádio.

Na área da inteligência houve um forte investimento, com a implantação do Sistema Integrado de Segurança Pública, com diversas ferramentas que hoje são utilizadas por policiais para auxiliar na investigação de crimes. Santa Catarina também investiu em monitoramento eletrônico e hoje já conta com sete cidades que têm videomonitoramento urbano: Florianópolis, Joinville, Blumenau, Criciúma, Balneário Camboriú, Itajaí e Chapecó. Também foram criadas Centrais de Emergência nas cidades de Blumenau, Jaraguá do Sul, Lages, Chapecó e Criciúma.

Já a renovação da frota implicou na aquisição de 1,7 mil novas viaturas entre 2003 e fevereiro deste ano. Também se investiu na aquisição de armamentos letais e não letais nas diversas unidades, bem como em equipamentos de proteção individual, tais como coletes, capacetes balísticos para atuação tática e coletes multiameça. Foram ativadas as penitenciárias de São Pedro de Alcântara, Joinville e Criciúma, e está em obras a penitenciária do vale do Itajaí, com previsão de ser ativada ainda este ano.

Estão sendo ampliadas vagas em diversas unidades prisionais do estado, como Blumenau, Brusque, Rio do Sul, Videira, Curitiba, Campos Novos, Barra Velha, São Francisco do Sul, Joinville e Tubarão.

Também estão em construção vários quartéis da Polícia Militar, tais como: Seara,

Pinhalzinho, Saudades, Santo Amaro da Imperatriz, Braço do Norte. Para a Polícia Civil está em construção a delegacia de polícia de Blumenau, e muitas outras cidades já mereceram investimentos em obras. E não podemos esquecer os Conselhos Comunitários de Segurança, os Consegs, que ganharam força desde 2003 e que são fóruns em que se trata da forma mais adequada e democrática a segurança pública, que é discutida nos bairros, nos municípios, por toda a comunidade. Hoje já são mais de 292 Consegs espalhados em 148 municípios catarinenses, sendo que no início de 2003 eram apenas 80.

Investe-se em educação no trânsito, com o programa Se Essa Rua Fosse Minha, que já atingiu mais de 500 mil alunos de escolas públicas, buscando conscientizar o futuro motorista. E também há programas para fortalecer a prevenção ao uso de drogas.

Já a modernização do Detran buscou, através da informatização, facilitar o atendimento ao cidadão, diminuindo a sonegação e melhorando a arrecadação, tornando aquele órgão estadual um dos mais avançados do Brasil.

Então, senhoras e senhores, se há muito por fazer - e não podemos ignorar que a segurança é sempre um calcanhar de Aquiles do estado -, também não podemos deixar de reconhecer o que vem sendo feito com muita competência. Digo competência porque temos policiais preparados para bem servir e os maus exemplos são exceções que não podem manchar as corporações.

Faço questão também de reconhecer o empenho e o esforço de meu colega de bancada, deputado Ronaldo Benedet, que se tem dedicado à exaustão para administrar a Segurança Pública em reconhecimento à missão que lhe foi confiada pelo governador Luiz Henrique.

Era o que tinha a apresentar para que você que nos escuta, catarinense, possa refletir melhor sobre a Segurança Pública de Santa Catarina."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Gostaria de convidar para tomar assento à mesa o deputado Fang Zhen, que é da comissão de Energia e Divisão do estado de Henan, na China; o deputado Zengjianshe, também da província de Henan; e o sr. Liuliu Shan, vice-presidente da Canadian Solar. É um prazer tê-los aqui!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, e nobres colegas deputados, no final do ano, representando esta Assembleia Legislativa na China, juntamente com o deputado Lício Mauro da Silveira, tivemos o prazer de fazer uma visita ao estado co-irmão de Santa Catarina, Henan, um estado com 100 milhões de habitantes, meio Brasil. Lá tivemos a oportunidade, juntamente com o sr. Zengjianshe e com Zany Leite, servidor desta Casa e uma figura bastante conhecida naquela província chinesa, de visitar uma das principais empresas de energia renovável da China, deputado Pedro Uczai - v.exa. que tanto trabalha essas questões -, a Canadian Solar, que está entre as cinco maiores empresas de energia solar do mundo e cujo vice-presidente está hoje aqui.

Essa empresa tem sua matriz localizada em Luoyang, um município que possui 6 milhões de habitantes. Portanto,

sozinho ele é maior do que o estado de Santa Catarina. E está aqui o deputado Liuliu Shan, vice-presidente dessa empresa.

Hoje pela manhã tivemos uma reunião na Eletrosul, onde foi apresentado o projeto piloto da primeira usina solar da América Latina, tendo em vista o que essa empresa já fez e tem de plantas na Europa, principalmente. Será uma pequena usina, mas será o protótipo daquilo que se está implantando do ponto de vista da consciência do mundo renovável, a exemplo dos programas dos campos solares da Copa do Mundo.

Amanhã teremos uma reunião na Universidade Federal de Santa Catarina, ocasião em que estaremos discutindo os projetos dos campos solares com o Instituto Ideal, do nosso ex-deputado Mauro Passos; com o professor Álvaro Prata, reitor da UFSC, e com o Laboratório de Energia Solar da Universidade Federal, que é um laboratório de ponta na América Latina, que tem os principais técnicos dessa área.

A Universidade Federal de Santa Catarina já está executando o projeto piloto do Mineirão, em Minas Gerais, e do Estádio Metropolitan de Pituacu, em Salvador, na Bahia, onde temos o nosso governador Jacques Wagner.

Também está aqui o secretário de Henan, sr. Fang Zhen, da área de energia. Santa Catarina também tem prazer em recebê-lo. O sr. Fang Zhen além de ser deputado na cidade de Luoyang, também é secretário de Energia do referido município, cuja população é maior do que a do estado de Santa Catarina.

Então, como deputado catarinense, sinto-me extremamente orgulhoso de tê-los em nosso estado. Esta Casa os recebe de abraços abertos e, principalmente, torce para que, a exemplo do que será feito no dia 22 de março no Rio de Janeiro, a Eletrobrás seja lançada como um grupo só. Assim como costumava dizer o nosso presidente Lula com relação à Petrobras, chega de fragmentar o setor energético brasileiro e vamos transformá-la numa Petrobras de energia!

Por isso, deputado Moacir Sopelsa, v.exa. que preside esta sessão, gostaria de pedir, com a anuência dos nobres deputados, a suspensão da sessão por cinco minutos para que o deputado e secretário Fang Zhen possa fazer uso da tribuna. Logicamente, vai fazer o seu discurso em mandarim, mas temos uma intérprete, a Maitê, que é de Florianópolis, estudou na China e estará fazendo a tradução simultânea para que todos acompanhem suas palavras.

Sejam bem-vindos a Santa Catarina!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Esta Presidência suspende a sessão por cinco minutos para podermos ouvir o nosso convidado.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Solpesa) - Estão reabertos os trabalhos.

Ainda em Breves Comunicações, inscrito para falar o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, pessoas que nos acompanham através da TVAL e ouvintes do Rádio Alecs Digital, até imaginei que o deputado Dirceu Dreschalaria anteriormente para eu poder revisar alguns dados e alguns elementos expostos há pouco pelo deputado Antônio Aguiar, líder do PMDB, no que se refere às questões da Segurança Pública.

Na semana passada o deputado Silvio Dreveck divulgou a imagem de um policial civil dizendo que não adiantava realizar o boletim de ocorrência porque...

O Sr. Deputado Antônio Aguiar (Intervindo) - Foi um lapso não citar o seu nome.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Eu também falei sobre o assunto e até por minha iniciativa acabei provocando essa interpretação de v.exa. E falei sobre o assunto porque o policial foi afastado do serviço no dia seguinte. Está certo que ele falou coisas que, talvez, não devesse falar, mas ele não disse nenhuma mentira. Ele falou a verdade quando disse que os boletins de ocorrência vão para a gaveta. O que ele não deveria falar é da grossura do papel e, portanto, da inutilidade para outra finalidade. Mas pela verdade sobre a realidade da Segurança Pública ele merecia um troféu da sociedade por estar dizendo, como servidor público, a realidade tal qual ela é. Ele falou sobre a cidade de Paulo Lopes, mas é assim por toda Santa Catarina. E nós sabemos disso, a população sabe disso.

Parabenizo o governo do estado pela inauguração da unidade prisional avançada em Canoinhas. É um elemento importante, apesar de estar atuando numa ponta do sistema, para uma visão sociológica mais ampla. Nós sabemos o quanto isso é necessário e o quanto é preciso investir nisso, mas é uma ponta da problemática da Segurança Pública em Santa Catarina, pois se as outras não forem resolvidas, essa também não será. Dificilmente se dará conta de construir presídios se não se atuar em outras áreas, especialmente na prevenção.

Com relação aos dados da Segurança Pública no estado de Santa Catarina, vou preparar um documento e trazer números para contestar os dados do governo do estado.

Primeiramente, o governo parou de divulgar, já em 2007, os números da criminalidade em Santa Catarina, e tem a obrigação legal de fazê-lo. A legislatura anterior aprovou isso aqui. Os deputados estaduais, na legislatura anterior, aprovaram um projeto de lei que obriga a secretaria de estado da Segurança Pública, a Polícia Civil, a Polícia Militar, ou seja, o governo do estado, na área da segurança pública, a divulgar os dados, os números da violência, da criminalidade no estado de Santa Catarina. E essa lei não está sendo cumprida no estado.

O deputado Joares Ponticelli, na semana passada, estava justamente cobrando o cumprimento dessa lei. Hoje, inclusive, está no *Diário Catarinense* uma notícia sobre a inadimplência do governo do estado com relação a mais essa questão da Segurança Pública. Aí o governo omite os dados, deputado Pedro Uczai. O governo não cumpre a lei publicando os dados para que a população, a imprensa, os deputados possam conhecê-los. E aí o secretário fica reproduzindo, requeitando notícias antigas, dizendo que Santa Catarina vai bem, que a criminalidade tem diminuído, quando a verdade é o oposto. E nós alertamos, em maio de 2007, mais precisamente, que os números da violência que estávamos conseguindo reverter no estado de Santa Catarina, de 2003 até 2006, voltariam a crescer a partir da metade de 2007.

É óbvio que há pessoas aqui que pensam que estou falando assim porque sou corporativista, defendendo os policiais, só quero saber do salário do policial, do bombeiro, do agente prisional, e que o que falo não tem muito a ver com a realidade da sociedade

catarinense. Ledo engano, visão distorcida ou intenção de distorcer uma realidade social colocada. Até porque o salário do policial, as condições de trabalho do policial também dizem respeito à Segurança Pública e com certeza afetam a qualidade da segurança pública em Santa Catarina.

Ai dirão: "Mas quer dizer que se não pagarem bem, não trabalham?" Não é essa a questão. Se não respeitarem os servidores da Segurança Pública, estará prejudicada a segurança da população. E este governo tem humilhado, maltratado os servidores da Segurança Pública de Santa Catarina, desrespeitando os compromissos assumidos, assim como faz com os servidores da Educação, da Saúde e com outros servidores.

Eu estava entrando aqui, neste plenário, quando três senhoras me perguntaram sobre o projeto da descompactação dos servidores estaduais. Não veio, srs. deputados! Não veio ainda, e já estamos em março de 2010. Nós estamos em março de 2010 e até agora sabe quantos projetos o governo do estado mandou para esta Casa neste ano? Nenhum! Absolutamente nenhum projeto! Nenhuma iniciativa legislativa por parte do governo do estado em 2010! E estamos no mês de março, no terceiro mês do ano! Nos outros anos já havia a reforma administrativa, o projeto do Código Ambiental, do Parque da Serra do Tabuleiro, só para citar alguns. Neste ano de 2010, até agora, no mês de março, não há nenhum projeto, absolutamente. Não há mais governo no estado ou todos os problemas estão resolvidos, porque em três meses o governo não teve necessidade de mandar qualquer projeto para a Assembleia Legislativa. Das duas uma, ou Santa Catarina não tem mais problemas ou não existe mais governo neste estado. Parece que não existe, porque não se sabe qual será o governador na próxima semana, dada a dificuldade na transmissão de cargo que o governador está tendo. O governador prometeu cinco vezes passar o cargo para Leonel Pavan, mas ainda não passou. Prometeu cinco vezes e ainda não passou.

Voltando à questão da Segurança Pública, o deputado Antônio Aguiar citou também aqui - evidentemente são números que s.exa pegou na secretaria de Segurança Pública - que foram criados os comandos regionais da Polícia Militar. Sabem para que servem os comandos regionais da Polícia Militar? Para criar cargos para coronéis. Segundo a última notícia que recebi, eram dez, talvez já tenha aumentado, porque para criar cargo e estrutura este governo é generoso. São 36 SDRs e dez comandos regionais da Polícia Militar. Qual a consequência prática de cada comando regional, deputado José Natal? São, no mínimo, seis praças que saem das ruas para cuidar, dirigir o carro do coronel, atender ao telefone do coronel, servir cafezinho para o coronel, fazer a guarda do quartel novo, que terá outro coronel, porque não dá para deixar dois coronéis no mesmo quartel, porque dois coronéis em uma cidade, um comandante do batalhão e outro comandante na região, se eles ficarem no mesmo quartel, acabam brigando. E já tivemos episódios dessa natureza num passado recente, devido a esses comandos regionais que criaram. E cada vez temos menos policiais nas ruas trabalhando e atendendo à população.

Os concursos públicos realizados não foram suficientes para repor aqueles que se aposentaram, além disso, é possível debater cada um dos dados que a secretaria da Segurança Pública apresentou.

O governador não cumpriu a Lei n. 254. Falou-se em integração entre os órgãos policiais, mas só falta a Polícia Militar e a Polícia Civil irem para a bala, pois já andaram

de arma em punho. É dessa integração que estão falando! É uma situação vexatória a da Segurança Pública de Santa Catarina; existe desprezo aos trabalhadores da área e exclusão de policiais honestos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch, com a compreensão do deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero registrar a presença de um líder do município de Águas Frias, do nosso partido. Refiro-me a Leodir Vedovatto, que está-nos visitando e a quem queremos agradecer a presença em nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch, está feito o registro.

Agora, sim, com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados, assomo à tribuna pela primeira vez este ano para fazer meu primeiro pronunciamento e quero fazer na mesma direção que o deputado Sargento Amauri Soares, ou seja, falar sobre segurança pública.

Catarinenses, não só por uma razão pessoal, mas também como membro da comissão de Segurança Pública e pelos acontecimentos que estão nas capas de jornais das várias regiões do nosso estado, participei da Conferência Nacional de Segurança Pública, que tratou da construção de uma nova política de segurança pública no país.

Lamentavelmente, Santa Catarina muitas vezes não acompanha esse debate. Basta ver o que diz esta manchete de um jornal do estado: "Preso foge de muletas do presidio de Itajaí."

Em Chapecó, na semana passada, dois presos em regime de segurança máxima fugiram. E este deputado teve a oportunidade de visitar aquela penitenciária.

Ainda há outras manchetes como: "Fugas de detentos" e assim por diante.

A situação da insegurança pública, a insegurança do povo catarinense é cada dia maior. Mas o que está-nos preocupando com relação à segurança pública, quando visitamos algumas penitenciárias e, particularmente, a de Chapecó, é a insegurança dos próprios trabalhadores, dos profissionais que atuam no dia-a-dia dos presídios, pela de falta estrutura. A ala de segurança máxima da cidade de Chapecó é uma ala de segurança mínima, porque a forma como os presos fugiram mostra a fragilidade daquele setor. E, mais do que isto, um dos que fugiram está condenado a vários anos de prisão, chama-se Ezequiel e é o autor do assassinato de um amigo nosso e de seu filho, dentro de casa. Ele matou os dois no ano passado, não faz um ano que ocorreu essa tragédia.

Visitei essa grande amiga, a Maria Helena, na segunda-feira, juntamente com o vereador Marcelino; na terça-feira o Ezequiel fugiu, um dia depois. Então, há insegurança na cidade, na região, entre os agentes penitenciários.

Srs. deputados, não é possível continuarmos assim, por isso, desde o ano passado tentamos construir uma CPI nesta

Casa. Lamentavelmente, não obtivemos sucesso. Convocamos o secretário e ele descumpriu a lei, não vindo a esta Casa explicar torturas, corrupção e denúncias sobre os presídios e penitenciárias do estado. O pedido foi aprovado por unanimidade nesta Casa, o prazo legal já passou e o secretário ainda não veio. Só quero deixar claro que isso é crime de responsabilidade. Quando um secretário é convocado para vir a esta Casa ele tem que vir, caso contrário estará desrespeitando a lei, o Parlamento. E ele, o secretário, que também é parlamentar, sabe muito bem disso. Por que fugir do debate sobre a Segurança Pública, sobre os agentes prisionais? Há insegurança porque temos poucos agentes. Precisamos de mais agentes prisionais, precisamos de mais decência e dignidade para os trabalhadores, para os profissionais da Segurança Pública, precisamos apoiar mais profissionais na redução do preso. Um psicólogo para mil presos numa penitenciária! Imaginem se ele vai dar conta! Há poucos assistentes sociais, poucos psicólogos e poucos professores.

Então, como pensar esse espaço dos sentenciados como o espaço da reeducação, da ressocialização e não como uma escola do crime, uma escola onde se preparam novos criminosos, que quando saem praticam mais crimes e mais violentos. Então, temos que dar um basta. Precisamos de mais policiais civis, mais policiais militares. Em Chapecó temos duas delegacias e estamos lutando para ter a terceira, que não acontece. Há promessas não cumpridas. Precisamos de mais policiais, que sejam mais bem pagos, mais bem preparados e mais humanizados.

Portanto, não posso deixar de manifestar a minha indignação com a situação da Segurança Pública do nosso estado. Um serviço que este Parlamento poderia prestar à população seria verificar todas as denúncias, investigar e fazer um grande relatório para mudar a política pública do estado na área da segurança pública. Precisamos construir efetivamente uma CPI. Precisamos de 14 assinaturas no documento que ainda está na comissão de Constituição e Justiça para definir se é legal ou não a viabilização e a implantação dessa CPI. Todos os parlamentares têm que participar desse debate. Os profissionais da Segurança Pública precisam ter dignidade, ser valorizados. Ao mesmo tempo precisamos construir penitenciárias, presídios de segurança máxima, mas que a segurança seja efetivamente máxima e não aquilo que eu vi na ala de segurança máxima em Chapecó.

Por isso, quando os vereadores visitarem, na segunda-feira, a Penitenciária Agrícola de Chapecó poderão ouvir os profissionais, os presos, a direção, enfim, todos os agentes. E espero que os próprios vereadores possam construir propostas, pressionar o governo do estado para que efetivamente a Segurança Pública passe a ser prioridade em Santa Catarina. Hoje não é! Hoje, infelizmente, não é! Não só pela forma como está sendo construída essa política pública, mas também pela falta de perspectiva para o futuro. Hoje temos insegurança, privilégio para alguns e exclusão da segurança para outros. Portanto, não é a segurança privada que vai resolver.

Ouvi os debates na Conferência Nacional de Segurança Pública e diziam que precisamos construir uma segurança pública que contemple o direito dos seus trabalhadores, com salários dignos, formação qualificada e continuada, valorização profissional e otimização das condições de trabalho, garantindo o bem-estar físico e mental dos profissionais.

Tenho conversado com vários profissionais, alguns estão em depressão, tomando remédios, outros estão inseguros, sem as mínimas condições de atuar no espaço interno. Portanto, hoje não é possível dizer que a segurança pública está produzindo também insegurança interna dos seus profissionais, dos seus trabalhadores.

Outra coisa é o espaço. Quando se fala da água e da comida nas penitenciárias, o que se faz com as licitações das penitenciárias? Eu acho que temos que discutir corrupção, denúncias de corrupção, além das denúncias de tortura e de privilégios.

Por isso, temos que levantar a voz e construir um programa, um projeto de políticas públicas claras, que valorize o salário, a formação qualificada e continuada, estruturas decentes, para que se evite a superlotação. No caso do Ezequiel, por exemplo, o juiz determinou que só poderia haver na cela um único preso, só, sem companhia. Mas como há superlotação, colocaram dois e um ajudou o outro a fugir, aproveitando a fragilidade da estrutura física. Agora a sociedade fica com medo, porque o Ezequiel precisa de tratamento psicológico, mas, infelizmente, não será tratado e está solto.

A sociedade precisa reagir, o poder público precisa dar uma resposta. Secretário Ronaldo Benedet, v.exa não foi convidado, mas convocado a vir a este Parlamento para explicar as torturas e outras denúncias. V.Exa. tem que vir explicar neste Parlamento a posição do governo do estado. A insegurança do povo e dos profissionais da segurança pública de Santa Catarina precisa acabar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Antes de entrar no horário dos Partidos Políticos, esta Presidência informa que está sobre a mesa um requerimento subscrito por todos os srs. líderes, a pedido da deputada Ana Paula Lima, para que a sessão seja suspensa por dez minutos, antes do horário dos Partidos Políticos, para a realização de um ato em referência ao lançamento do livro *Desastre de 2008 no Vale do Itajaí - Água, Gente e Política*, produzido pela Fundação Agência de Água do Vale do Itajaí, em conjunto com a Universidade Regional de Blumenau (Furb) e com o patrocínio da Caixa Econômica Federal (CEF). Fará uso da palavra a professora Beate Frank.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Quero registrar, a presença do prefeito, meu amigo, Emerson Zanella, o Maninho, de Macieira, e também do prefeito Pedrinho Ansiliero, de Salto Veloso, que procuraram esta Casa para fazer reivindicações para suas cidades. É um prazer recebê-los em nosso gabinete sempre que aqui vêm.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Então, está suspensa a sessão por até dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) (Faz soar a campanha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, vou, hoje à tarde, abordar um assunto que já foi tratado aqui, deputado

Romildo Titon, que é a questão da segurança. Mas eu quero, deputado Pedro Uczai, fazer uma análise diferente, pegando o caso do policial de Paulo Lopes que, por falar uma verdade, ou seja, que infelizmente os boletins de ocorrência vão para o fundo de uma gaveta, agora está sob ameaça de ser exonerado de seu trabalho. Que difícil, não é? Como é difícil falar a verdade!

Mas eu não quero ficar só no fato de falar a verdade e ser punido por isso. Na verdade, quero fazer uma análise de alguns dados. Fico com muitas dúvidas, deputado Ismael dos Santos, quando vejo que os dados não refletem a realidade. Ou estou muito enganado ou estão completamente fora do contexto, ou seja, aquilo que os agentes públicos nos falam é mentira ou os dados que apresentam não são verdadeiros?

Deputado Sargento Amauri Soares, o que me trouxe à tribuna hoje foi o fato de ficar sabendo que o governo estadual, governo do qual o deputado Elizeu Mattos é líder, teve a coragem de dizer que diminuiu a criminalidade na cidade em que moro, Joinville; diminuiu o roubo contra o patrimônio público; diminuiu o roubo de automóveis. Aí eu fiquei pensando e perguntando-me: como diminuiu, se ao ouvirmos o rádio, ao lermos o jornal, deputado Padre Pedro Baldissera, ao falarmos com as pessoas, vemos, a cada dia, mais violência, mais roubo?!

Mas depois desse fato do policial de Paulo Lopes eu consigo fazer uma análise meio semiótica aqui. Na verdade, o cidadão vai à delegacia fazer o boletim de ocorrência, o qual acaba indo para o fundo da gaveta e nada acontece. Então, na próxima vez em que ele for assaltado, roubado, não irá novamente lá, deputado Padre Pedro Baldissera! Para que irá à delegacia fazer o boletim de ocorrência? Só se for para pegar o documento que precisará para acionar o seguro! Mas para a solução, para a investigação, não!

Se for mentira o que estou falando, mandem, por favor, vocês que nos estão assistindo, um e-mail ou um telefonem para a Assembleia. Pessoas não ligados ao governo, porque hoje mesmo vou ouvir aqui os deputados do governo dizerem que é tudo mentira o que estou falando! Mas se for mentira o que estou falando nesta Casa, cidadão comum catarinense que nos assiste, dê a sua resposta. Por quê? Se vocês observarem, o cidadão, por não obter a resposta da polícia investigativa, acaba não indo mais fazer o registro da ocorrência, e não fazendo o registro na central, que fica em Florianópolis, a ocorrência não fica registrada e o político metido a xerife dessa central começa a dizer, deputado Sargento Amauri Soares, que a criminalidade diminuiu, que está tudo resolvido, porque os dados apresentados em 2007 eram maiores do que os de 2008, que por sua vez eram maiores que os de 2009 e assim está diminuindo a criminalidade! Pelos dados da secretaria da Segurança Pública de Santa Catarina houve redução significativa da criminalidade! Por quê? Não dando resposta ao cidadão, ele não procurará novamente a autoridade pública de investigação e nada ficará registrado!

Agora, é impressionante como a corda sempre arrebenta no lado mais fraco, deputado Manoel Mota! Para quem vai sobrar a verdade dita pelo policial de Paulo Lopes? Para ele, para o soldado, para o policial que disse o seguinte: "Olha, não adianta eu fazer o BO porque vai para o fundo da gaveta!"

Eu, esses dias, estava ouvindo a CBN, que estava entrevistando um delegado sobre o fato de Paulo Lopes, e o delegado dizia que aquele policial tem sérios problemas,

que já foi afastado, que o que ele disse não é verdade e que isso não acontece em nenhuma delegacia.

Roberto Salum, você, que entende muito bem de segurança, isso não acontece em nenhuma delegacia? Será que não acontece? Será que é um fato isolado de Paulo Lopes? Será que estamos tão enganados assim?!

Falando a verdade, deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. que já foi policial e sabe muito bem como é que funciona na rua, quem é roubado sabe quem rouba!

Eu tenho certeza de que o cidadão que nos está acompanhando pela TVAL sabe quem é o ladrão, quem é o ladrãozinho.

Inúmeras vezes eu, como profissional de rádio e de televisão, já ouvi pessoas, ao serem roubadas, dizerem que sabiam quem as tinha roubado e que ao falarem isso na delegacia recebiam como resposta que não podiam fazer nada. Mas é claro que não podem, deputado Manoel Mota, pois o boletim de ocorrência vai para o fundo de gaveta! Só aqui em Florianópolis mais de 50 mil boletins de ocorrência estão sem solução! E o governo do estado diz que está tudo bem com a segurança de Santa Catarina. É verdade isso, deputado Elizeu Mattos?

(Falas paralelas)

Está um pouquinho melhor em toda Santa Catarina? Mesmo com assaltos a mão armada? Eu não vou fazer outro gesto aqui, mas o que eu estou vendo por toda Santa Catarina não é assim, é de outra forma. E os dados do governo são algo impressionante! Criminalidade baixa! Santa Catarina é referência na segurança! Francamente!

Eu quero dizer para vocês que nos estão assistindo, tanto aos cidadãos que estão aqui, como àqueles que nos assistem pela TVAL, que quando os deputados governistas ocuparem a tribuna terão a coragem de dizer que está tudo muito bem, que está tudo às mil maravilhas, que BO não vai para o fundo da gaveta, que o que aconteceu é um fato isolado, que o número de roubos em casas, que o número de assaltos, de homicídios diminuiu em Santa Catarina!

Governador Luiz Henrique, ou estão enganando muito bem o senhor - aliás, não é de hoje que estão enganando o senhor muito bem - ou nós estamos querendo saber onde é que fica essa Santa Catarina dos deputados governistas, porque a minha não é a mesma.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente!

Eu gostaria de registrar a presença do sr. Valdonir Estivalet, gerente regional de Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal, em Blumenau, como também dos srs. Sandro Xavier e Gilberto Nascimento, engenheiros de assistência técnica da mesma instituição bancária.

Gostaria também de fazer uma correção: hoje, o lançamento do livro *Desastre de 2008*, do vale do Itajaí, será às 18h, na entrada da Assembleia Legislativa, e não às 19h, como foi mencionado anteriormente.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Está feito o seu registro, deputada Ana Paula Lima.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, apenas quero fazer um contraponto ao meu amigo, deputado Kennedy Nunes, e dizer que de fato a segurança não está bem, mas certamente está melhor, deputado Elizeu Mattos, líder do governo, do que no governo Amin. E vamos melhorar! Chegaremos lá!

Sr. presidente, antes de entrar na temática que me traz a esta tribuna hoje à tarde, preciso fazer duas referências. A primeira delas diz respeito a uma manifestação de solidariedade ao nosso amigo, companheiro de partido, um democrata, que é o prefeito João Rodrigues, de Chapecó.

Srs. deputados, aquilo que a imprensa noticiou hoje nós dá uma grande insegurança jurídica. Em virtude de um processo de 11 anos - minha filha recém havia nascido -, quando João Rodrigues não era sequer o prefeito, apenas vice no exercício do cargo, do município que mais tarde viria a governar, e por causa de uma licitação à qual ele deu seguimento, após receber parecer positivo da Procuradoria-Geral de Pinhalzinho, foi condenado pela Justiça Federal de Porto Alegre há cinco anos e três meses de prisão.

É claro que juridicamente ele vai superar isso, mas lamentamos pela perspectiva política e queremos aqui hipotecar a solidariedade ao prefeito João Rodrigues.

Faço também uma homenagem ao empresário José Mindlin, que partiu no último domingo, dia 28 de fevereiro, membro da Academia Brasileira de Letras, gigante da cultura nacional, cuja vida foi dedicada aos livros. Ele nos deixou um legado não só de exemplo e amor à leitura, mas de 38 mil livros doados ao patrimônio público. Fica de José Mindlin uma frase histórica para todos nós: "No mundo em que o livro deixasse de existir eu não gostaria de viver."

Parabéns a esse fantástico homem que foi José Mindlin.

Deputado Pedro Uczai, v.exa. é um experto em educação e certamente compartilha com este deputado as questões dos arts. 170 e 171 da Constituição de Santa Catarina, e da lei popularmente chamada de Lei Jorginho Mello, quero informar que tramita nesta Casa o Projeto de Lei n. 0020/2009, de nossa autoria, que veda os benefícios do art. 170 aos alunos que coordenarem, incentivarem ou praticarem trotes contra calouros nas instituições de ensino superior no estado de Santa Catarina. É um projeto modesto, mas entendo necessário para evitarmos que o poder público financie aquilo que chamamos de ofensa à integridade física, moral ou psicológica dos novos alunos.

Srs. deputados, será rodado agora um rápido vídeo que traz essa temática no programa *Fantástico* do último dia 28 de fevereiro.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Essa última imagem é da cidade de Blumenau.

Deputado Pedro Uczai, nós entendemos que os R\$ 38 milhões investidos pelo governo do estado em função do art. 170, que beneficiaram 15 mil alunos, não podem de fato financiar o que nós chamamos de ofensa moral e física nos trotes. Por isso o nosso projeto de lei prega que quem cometer trote não pode ser beneficiado pelo art. 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Romildo Titon, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, antes de iniciar o meu pronunciamento gostaria de dizer que irei dividir o tempo com o eminente deputado Rogério Mendonça.

Srs. deputados, primeiramente farei uma colocação sobre Campos Novos. No dia de ontem, o prefeito Vilibaldo Erich Schmid e o vice-prefeito Jairo Luft fizeram o lançamento da festa dos 129 anos de emancipação política da nossa querida Campos Novos, onde esteve presente toda a comunidade, representada, é lógico, por suas instituições, ocasião em que foi feita a apresentação de um vídeo institucional da cidade, já que no mês de março serão realizadas as grandes festividades que marcarão os 129 anos de emancipação político-administrativa.

Campos Novos vive hoje o momento mais importante da sua história, está no auge do seu desenvolvimento. Tudo isso em função da perseverança, da luta, do otimismo da gente que lá reside e que faz com que a prosperidade aumente cada vez mais!

O referido município, que no passado era conhecido como um dos maiores criadores de gado, hoje se transformou no maior produtor de grãos do estado, levando o título de celeiro do estado de Santa Catarina por aquilo que produz, pela qualidade, pelas novas tecnologias, pela busca de novas oportunidades, especializando-se cada vez mais e buscando novas tecnologias.

Hoje Campos Novos é o centro de produção do meio-oeste de Santa Catarina; é o município que acolhe o maior número de cooperativas do nosso estado: oito cooperativas; que tem a maior capacidade de armazenamento entre os municípios catarinenses; que desponta na área do agronegócio, pois está sendo construído um frigorífico para abate de suínos, que deverá ser inaugurado no máximo no mês de julho; que se destaca na produção de leite, na produção de ovos, que vão direto para os incubatórios; e que se firma também na área industrial, com mais de 700 empresas instaladas.

O município de Campos Novos tem uma condição geográfica muito favorável e atrativa porque está localizado num entroncamento rodoviário muito grande, entre a BR-282 e a BR-470, o que lhe dá uma ligação muito importante não só com o estado de Santa Catarina, mas com o Brasil e com outros países. Hoje está faltando apenas o término do asfaltamento de Abdon Batista/Campos Novos, porque todo e qualquer município que se liga com Campos Novos tem via asfaltada.

Deputado Peninha, hoje Campos Novos produz energia para atender grande parte do consumo do estado de Santa Catarina, através da usina lá instalada. Por isso e muito mais a cidade vive o melhor momento da sua história, com uma arrecadação boa, com os negócios prosperando a cada dia que passa, com as pessoas acreditando no seu potencial e com uma virtude muito grande que o camponovense tem, pois lá não se reclama de crise, procura-se buscar alternativas para enfrentá-la.

É assim que Campos Novos tem feito sempre; é assim que Campos Novos tem servido de exemplo para Santa Catarina e para o Brasil, tornando-se o grande celeiro do estado. É uma cidade limpa, organizada, atrativa, com condições para o nosso produtor escoar a sua produção e com obras sendo

realizadas a todo instante. Portanto, a comunidade de lá vive feliz.

Por isso quero, desta tribuna, hoje, como camponovense e como representante daquela terra, expressar a minha saudação a toda aquela gente e parabenizá-la pelo aniversário da cidade, pelas festividades que iniciam com uma série de inaugurações, de atrativos, de divertimentos!

Parabéns, Campos Novos! Parabéns ao prefeito Vilibaldo Erich Schmid, a toda a sua equipe, à Câmara de Vereadores e àqueles que ajudaram a construir essa linda história de 129 anos. Campos Novos abrigou a grande maioria dos municípios que estão ao seu redor. Todos os municípios que estão ao redor já pertenceram à nossa querida cidade de Campos Novos, que já foi a maior cidade em extensão e hoje ainda é a segunda, mas é a maior em produção, o que orgulha todos nós.

Deixo o restante do tempo do meu partido ao deputado Rogério Mendonça.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Rogério Mendonça, dentro do restante do tempo destinado ao PMDB.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, sras. deputadas, srs. deputados, meu líder do PMDB, deputado Antônio Aguiar, quero usar este espaço do meu partido, o PMDB, para fazer algumas colocações de ordem política. Uma delas, deputado Antônio Aguiar, é em relação ao posicionamento do prefeito de Chapecó, João Rodrigues, que foi nosso colega nesta Casa.

Ele, na imprensa, nos últimos dias, tem tecido diversas críticas ao nosso partido, o PMDB, dizendo, inclusive, que não votaria e não estaria ao lado de um candidato do PMDB nas próximas eleições. Queremos dizer que temos todo o respeito pelo prefeito João Rodrigues e que, inclusive, o PMDB só não foi parceiro, não lançou o candidato a vice-prefeito de Chapecó - lançou candidato próprio -, porque o Democratas, através do prefeito João Rodrigues, não aceitou o nome do PMDB. Quis sair com chapa pura e simplesmente não quis o PMDB. Mas estranho as críticas que estão sendo feitas ao PMDB, até porque o nosso partido tem sido um grande parceiro da sua administração.

O deputado Pedro Uczai já foi prefeito de Chapecó e talvez possa afirmar melhor que nós que nunca na história de Chapecó houve um governador que participou tanto com ações, com obras, com presença, como Luiz Henrique da Silveira. Há uma semana, inclusive, estive em Chapecó, onde o governador assinou convênios e liberou recursos para a pavimentação de rodovias. Naquela oportunidade, jantamos com o governador e com o prefeito João Rodrigues e pude ouvir diversos elogios feitos por aquele prefeito a Luiz Henrique, que é governador e é do PMDB.

Portanto, desafio a encontrarem outro governador na história de Santa Catarina que tenha sido tão parceiro de Chapecó como Luiz Henrique da Silveira. O estado investiu, em parceria, na pavimentação de diversas vias públicas, na melhoria no abastecimento de água e na melhoria da rede coletora de esgoto. Investiu na saúde, na educação e, sem dúvida, não só Luiz Henrique, mas o PMDB no todo foi parceiro e sempre esteve ao lado do prefeito João Rodrigues. Inclusive, o secretário da Fazenda, que está fazendo um bellissimo trabalho naquela pasta, foi secretário da Administração de João Rodrigues. Além disso, nesta Casa, enquanto João Rodrigues foi

deputado estadual, sempre teve a parceria de todos os deputados do PMDB.

Quero dizer também que nós, do PMDB, estamos hipotecando solidariedade ao prefeito neste momento, pois acreditamos no seu argumento de que não teve participação em qualquer ato ilícito de que está sendo acusado, quando vice-prefeito da cidade de Pinhalzinho. Temos certeza da sua inocência, de que ele ainda vai prová-la, ficar livre de qualquer condenação e reverter a atual situação na Justiça. Mas é injusta, repito, a forma com que ele, nos seus argumentos, tem-se colocado contra o nosso partido, o PMDB.

Quero falar, também, em relação às prévias do PMDB, que estão com data marcada para o dia 27 de março. O nosso partido sempre teve uma tradição democrática muito grande. Podemos lembrar o primeiro governador eleito pelo PMDB em Santa Catarina.

Após a redemocratização deste país, houve até agora sete eleições para governador, sendo que quatro mandatos foram do PMDB, dois do PP, com Esperidião Amin, e um do Democratas, com Wilson Kleinübing. Mas quatro governos foram do PMDB: dois de Luiz Henrique da Silveira, um de Pedro Ivo Campos e um de Paulo Afonso Vieira. Mas Pedro Ivo para ser candidato a governador teve que disputar uma prévia e na época ganhou do atual governador Luiz Henrique da Silveira. O próprio dr. Eduardo Pinho Moreira, que é o nosso candidato que está disputando as prévias, num determinado momento disputou uma prévia com Paulo Afonso, perdeu e Paulo Afonso foi o nosso candidato. Perdeu a eleição, é verdade, mas mantivemos a nossa tradição democrática.

Já disse desta tribuna e repito: abro o meu voto para o dr. Eduardo Pinho Moreira, nosso candidato, com todo respeito à liderança de Dário Berger. E acho importantíssima, inclusive, a sua participação nessas prévias do partido, até para que internamente possamos discutir as ideias, as propostas, os argumentos e escolher aquele que terá, lá na frente, a condição de representar o nome do PMDB.

O PMDB tem grandes nomes para a campanha, é um partido com muitos quadros. Só para a majoritária poderemos apresentar o nome de quatro ex-governadores: Luiz Henrique, que deverá disputar uma vaga ao Senado; Casildo Maldaner, Paulo Afonso e o próprio Eduardo Moreira.

Portanto, a prévia vai mobilizar o nosso partido e colocar o PMDB em fase de pré-campanha. Mas isso não quer dizer que haja qualquer impedimento em relação a outros partidos, não quer dizer que, uma vez participando das prévias, não possamos discutir dentro da tríplice aliança o nome de quem será o nosso candidato. Eduardo Pinho Moreira, Dário Berger, Luiz Henrique, Casildo Maldaner, Paulo Afonso e João Matos são grandes nomes do PMDB.

O Democratas tem o senador Raimundo Colombo como postulante à cabeça de chapa para a reedição de uma ampla coligação. É o nome com reputação ilibada e que todos respeitam dentro do partido. O PSDB tem o vice-governador Leonel Pavan, que também é uma liderança incontestada. Sem dúvida, Leonel Pavan, que vai assumir o governo do estado nos próximos dias, terá todo o nosso apoio nesta Casa para seguir a missão do governador Luiz Henrique da Silveira.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Ouço v.exa., com muita satis-

fação, até como líder do nosso partido, que foi reeleito por duas vezes porque tem o respeito do nosso partido, está fazendo um grande trabalho nesta Casa e, sem dúvida, é um nome que enobrece o planalto norte, pelo trabalho que faz por aquela região.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu gostaria de parabenizar v.exa., nobre deputado Rogério Peninha Mendonça, pré-candidato a deputado federal. E v.exa. muito honra o PMDB com o seu pronunciamento, com a sua postura, com a sua atitude e pelo trabalho que vem realizando nesta Casa em prol da sociedade catarinense.

Parabéns pelo seu pronunciamento, tenho certeza de que v.exa. está fazendo um grande trabalho por Santa Catarina!

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Obrigado, deputado.

Eu quero, por último, falar sobre o governador Luiz Henrique, que fez 70 anos na última sexta-feira e que demonstrou o seu prestígio e a sua popularidade com a presença de mais de 1.500 pessoas lá em Joinville prestigiando-o.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Dado Cherem, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente e srs. deputados, ocupo a tribuna, na tarde de hoje, para tecer alguns comentários a respeito da minha cidade, Balneário Camboriú, e de algumas medidas tomadas pelo atual prefeito do município, que têm-nos, deputado Silvio Dreveck, deixado perplexo. V.Exa., que foi prefeito do município de São Bento do Sul, que foi secretário municipal da Saúde, sabe o quanto é importante o controle social que um conselho exerce dentro do município. Deputado Kennedy Nunes, v.exa., que é um homem do povo, um homem de mídia e que tem uma interação com a população muito fácil, sabe o quanto é importante a manifestação de um conselheiro municipal, buscando a melhor saúde pública para a sua população.

Pasmem, srs. deputados e telespectadores da TVAL, que o atual prefeito de Balneário Camboriú, num gesto autoritário, talvez imitando Hugo Chávez, dissolveu, por decreto, o Conselho Municipal de Saúde, de uma forma autoritária e arrogante! Foi uma brutalidade social que eu, que já fui secretário municipal de Saúde e secretário estadual de Saúde, jamais vi em qualquer município catarinense! Sabe por quê, deputado Serafim Venzon? Porque o Conselho Municipal de Saúde estava cobrando as promessas de campanha; estava cobrando do atual prefeito a abertura de um hospital criminosamente fechado desde dezembro de 2008! É um hospital completo, com 200 leitos, equipado e pronto para funcionar que, por questões menores, pequenas, está fechado lá no nosso município. E o presidente do Conselho Municipal de Saúde, na sua função de conselheiro, como voz da população, começou a cobrar a abertura daquele hospital no município de Balneário Camboriú.

O prefeito foi pelo caminho mais fácil, sr. presidente: ao invés de reabrir o hospital, contratar profissionais e colocar o hospital para funcionar, simplesmente decretou o fim do Conselho Municipal de Saúde. Essa é realmente uma atitude autoritária, arrogante e prepotente de quem dizia que Balneário Camboriú arrecadava R\$ 1 milhão por dia e que era fácil administrá-la.

Depois de seis anos de oposição - e, diga-se de passagem, uma bela oposição, falando em PA 24 horas -, completa hoje 15 meses de governo e ainda não conseguiu fazer com que um PA abra 24 horas/dia.

Então, é fácil fechar o Conselho Municipal de Saúde. Por quê? Porque é uma atitude unilateral, uma atitude que, infelizmente, o Regimento Interno permite, mas isso me deixa estarecido porque, e confesso a todos os srs. deputados, nunca vi nada igual. E daqui a pouco vai fechar o Conselho Municipal de Assistência Social, o Conselho Municipal de Nutrição, o Fundep e irá governar sozinho! Por quê? Porque não sabe governar com a população. É aquela história: dar o poder a um hipócrita é transformá-lo num tirano. É isso que acontece hoje, infelizmente, no município de Balneário Camboriú.

Escutei muito atento as palavras do deputado Kennedy Nunes a respeito de segurança pública e tenho que concordar, sim, que o problema não é apenas em Santa Catarina, mas no Brasil como um todo e, por que não dizer, no mundo de um modo geral, principalmente nos países emergentes, onde o exercício da democracia é recente e tem causado à sociedade a violência de um modo geral.

Concordo praticamente com quase tudo o que o deputado Kennedy Nunes colocou a respeito da questão, mas gostaria de aprofundar um pouco mais esse debate. Essa questão de polícia/bandido, bandido/policia, repressão e combate à criminalidade tem uma raiz muito mais profunda: a responsabilidade social de um governo e, principalmente, a responsabilidade social de quem tem o poder de informação, de quem tem o poder de informar, de quem tem o poder de transformar os valores culturais de uma sociedade.

Hoje, quando ligo a televisão e enxergo os verdadeiros lixos que passam no horário nobre todos os dias dentro da nossa casa, como o *BBB*, como as novelas que não trazem nada e somente nos aborrecem, isso tudo, com certeza, também cria um caldo social que, muitas vezes, leva à marginalização, ao desajuste social, porque são verdadeiras inversões de valores que entram nos nossos lares.

Hoje, uma personagem do *BBB*, quando acaba o programa, vai para as páginas da *Playboy* e ganha um salário muito mais alto do que um pai de família que trabalha dez anos da sua vida tentando sustentar dignamente uma família. Uma página da *Playboy*, hoje, vale muito mais do que o salário de um pai de família com muitos anos de serviço! E isso, srs. deputados, entra na nossa casa às 20h, às 21h, às 22h, deputado Padre Pedro Baldissera, emburrecendo-nos todos os dias! É dessa maneira que estamos lidando com quem tem o poder da informação.

Às 12h, nos programas de televisão, são vendidas bebidas alcoólicas todos os dias dentro das nossas casas! E onde está a responsabilidade social de quem detém o poder da informação? Não vejo nada! Muito pelo contrário, só vejo violência nos programas de televisão, só vejo programas que não educam. O *Globo Rural* e o *Globo Ecologia* passam às 6h, deputado Pedro Uczai. Quem vai assistir, no sábado e no domingo, ao *Globo Rural* e ao *Globo Ecologia* às 6h?! Ninguém vai assistir a um programa desses às 6h! Agora, o *BBB* passa às 22h. Ele educa?! Muito pelo contrário, vemos programas todos os dias trazendo-nos as maiores formas de má informação. E isso tudo, deputado Sargento Amauri Soares - e v.exa. é um verdadeiro soldado porque lutou lá fora e luta aqui dentro por aquilo que acredita -, com certeza vai

abrindo cada vez mais esse fosso social entre ricos e pobres, vai provocando o desajuste e a deseducação.

Mas, da mesma maneira, srs. deputados, como aqui critico o atual prefeito de Balneário Camboriú pela falta de compromisso social com o nosso município, tenho que reconhecer, sim, que ele praticou um gesto muito nobre, um gesto muito forte abrigoando os chilenos em nossa cidade. A prefeitura de Balneário Camboriú muito corretamente assumiu os riscos e abrigou aquelas pessoas desesperadas e fez o trabalho que nós esperávamos de um mandatário do nosso município.

Da mesma maneira, deputado Elizeu Mattos, que critico aqui o atual prefeito pela sua administração, também sei reconhecer o trabalho que ele fez em prol dos desabrigados chilenos, juntamente com a Defesa Civil do estado, com o governador Luiz Henrique da Silveira, no sentido de dar conforto, segurança e, acima de tudo, carinho e afeto num momento tão difícil pelo qual passam os nossos irmãos chilenos.

Então, srs. deputados, encerro minha fala no dia de hoje e quero aprofundar esse tema dá má informação que todos os dias chega às nossas casas através da televisão, da internet, do rádio, do jornal.

É muito fácil criticar os problemas de segurança pública, porque é um problema realmente latente, mas não adianta só colocar o confronto entre polícia e bandido, temos que ir à raiz, à profundidade, porque não se combate criminalidade apenas com repressão, mas com educação, talvez não a formal, mas a informal, dentro de casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Dado Cherem.

Esta Presidência registra com muito prazer a presença dos vereadores e do presidente da Câmara Municipal de Xanxerê: Gelson Saibo, Carlos Colatto, Rafael Gasparini e Ivan Marques, além do secretário de Desenvolvimento Regional de Xanxerê, Ademir Gasparini.

É um prazer tê-los nesta Casa. Sejam bem-vindos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Pedro Uczai, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, e srs. deputados, assomo a esta tribuna em nome do Partido dos Trabalhadores.

Sinceramente, do meu ponto de vista não gostaria de estar fazendo este pronunciamento, mas nada melhor do que a história, do que a experiência política, do que a construção histórica das forças dos partidos políticos para me permitir dizer aqui que sou obrigado a falar alguma coisa sobre os neoliberais, o DEM, ex-PFL.

Em 2005, deputado Padre Pedro Baldissera, Jorge Bornhausen andou por este Brasil afora dizendo que iria livrar-se dessa raça do Partido dos Trabalhadores por pelo menos 30 anos. Disse isso de um partido que nasceu fruto da resistência à ditadura militar, em defesa da democracia, da pluralidade e do direito de todos se organizarem, na sociedade civil, em partidos políticos.

Esse mesmo Jorge Bornhausen precisa ir agora aos meios de comunicação para começar a explicar a corrupção do seu único governador neste país. José Roberto Arruda, governador do Distrito Federal, foi preso por corrupção e, mais ainda, foi preso

porque corrompia testemunha, afrontando o Judiciário brasileiro. Corrupção à solta. E há quem diga, na piada, e eu não gostaria de fazer isso aqui, e já está-se espalhando por todo lado que se há dinheiro enfiado na meia, na mala, é o DEM.

Portanto, José Roberto Arruda, o governador do Distrito Federal, do DEM/PFL, foi desmascarado, juntamente com a experiência neoliberal, que foi derrotada no ano passado. A derrota maior dos neoliberais começou no ano passado, com a crise mundial. Com isso a experiência neoliberal no mundo entrou em colapso, em crise. E por isso eles estão em crise também. Não é só a corrupção, é a experiência neoliberal na América Latina, a experiência neoliberal no mundo que fracassou, bem como Jorge Bornhausen e seus asseclas.

Sr. presidente e srs. deputados, o seu único governador está preso no Distrito Federal e o prefeito da maior cidade do país, São Paulo, Gilberto Kassab, foi cassado em primeira instância. São esses que nos queriam ver longe do país, que nos chamavam de raça, discriminando a possibilidade democrática de construir um partido político, que fazem muito discurso e muito falam.

Agora, não posso deixar de falar de Chapecó, da minha querida cidade de Chapecó, onde tive o privilégio de ser prefeito. Nesta semana o atual prefeito, que deu para criticar o PMDB, depois de 11 anos foi condenado pela Justiça Federal de Porto Alegre a cinco anos de prisão por fraude em licitação, quando era prefeito interino do município de Pinhalzinho.

Deputado Ismael dos Santos, 11 anos. A Justiça demorou, mas julgou. E o prefeito, com discurso persuasivo nos jornais, em 2003, disse que o procurador deveria provar que havia prática de irregularidade. Falou que era um procurador despreparado. Ele disse: "Eu desafio o procurador a provar que praticamos irregularidades administrativas. Se houve benefício de recursos públicos renuncio ao mandato, peço demissão dos veículos de comunicação e encerro a carreira política!" Isso em 2003. Agora veio a condenação.

E o deputado Paulinho Bornhausen anda garganteando pelo Brasil afora que é preciso aprovar o Projeto Ficha Limpa. Estou rezando para apoiarem o Ficha Limpa, porque o primeiro que vai ser decepado é o prefeito de Chapecó, porque foi condenado por um colegiado. Não foi um desembargador, não foi um juiz, foi o colegiado do Tribunal de Porto Alegre que o condenou. Ficha Limpa para já! E vamos limpar.

Srs. deputados, queremos ver essa parafernália, essa festa bonita de muito dinheiro cá, muito dinheiro lá. Nas próximas semanas iremos ver para onde está indo o dinheiro público! Portanto, em nome do Partido dos Trabalhadores - e fazemos sempre autocrítica - estamos montando uma estratégia para fazer desta nação um país que olha para os mais pobres, para aqueles que nunca foram olhados, os excluídos, os trabalhadores, os camponeses, e para que homens e mulheres tenham direito ao trabalho, à dignidade, à escola técnica.

Os neoliberais, juntamente com o DEM, aprovaram a proibição da criação de escolas técnicas no país, mas nós estamos criando muitas escolas técnicas e universidades públicas. Alunos de escolas públicas poderão estudar em universidades públicas pela primeira vez na história do Brasil, deputado Padre Pedro Baldissera. Estamos revolucionando! Em Chapecó há uma nova universidade. Oitenta e seis por cento dos

jovens que vão ingressar naquela universidade vêm de escola pública! Filhos de agricultores, de trabalhadores terão direito de estudar, porque, pelo critério do Enem, pontua mais quem estudou em escola pública.

É este o país que nós queremos! É este o Brasil que nós queremos! É esta a nação que estamos construindo, enquanto os chamados neoliberais do DEM/PFL, há muito pouco tempo, queriam ver-nos longe, dizendo que tinham que acabar com essa raça por 30 anos.

Agora, meu querido prefeito de Chapecó, é lamentável vê-lo condenado, mas vamos lá, cumpria a sua palavra, se tiver honra. Renuncie ao mandato porque v.exa. já foi condenado na Justiça Federal.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte? Eu estou aqui há cinco minutos esperando que v.exa. me conceda um aparte.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Concedo-lhe 30 segundos, porque me resta apenas um minuto.

O SR. Deputado Jean Kuhlmann - Eu quero agradecer. Estava aqui há cinco minutos tentando falar, mas infelizmente v.exa. não estava concedendo-me o aparte.

Eu queria dizer a v.exa. que penso que a coerência tem que existir dos dois lados, deputado Pedro Uczai. E aí o exemplo que os democratas dão com o processo de expulsão do governador Arruda, eu gostaria de ter visto os petistas fazerem, expulsando do partido aqueles que colocaram dólares na cueca, aqueles que instituíram o mensalão do PT.

Então, deputado Pedro Uczai, v.exa. pode ter toda a legitimidade para falar de José Roberto Arruda, até porque este parlamentar foi o primeiro a assomar à tribuna desta Casa para pedir a expulsão, assim como o fez o senador Raimundo Colombo. Esse é um exemplo. Têm que expulsar. E nós pedimos a expulsão de Arruda.

Agora, eu gostaria de ver o PT fazer a mesma coisa com José Dirceu, com quem carregou dólares na cueca, com relação ao Ali Babá e os 40 ladrões do mensalão do PT. É fácil falar de José Roberto Arruda, agora quero ver o presidente dar exemplo e pedir a expulsão, deputado Pedro Uczai, como nós pedimos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Deputado Jean Kuhlmann, com todo o respeito democrático o PT lhe concedeu um aparte de 30 segundo, mas v.exa. nos desrespeitou porque utilizou mais de um minuto.

Coerência, sim! Não tivemos governador com dinheiro na cueca, na meia, na mala, aquela parafernália, aquela festa em Brasília. Era deputado, funcionário sendo corrompido por R\$ 1 milhão, governador recebendo dinheiro. Era tanto dinheiro que tinham que levar para casa. Nós não tivemos isso. São corruptos e estão fazendo corrupção em muitos lugares, que agora começa a vir à tona.

Deputado Jean Kuhlmann, fique tranquilo. Mais uma semana e virão mais coisas! Fique tranquilo, mas os democratas terão que se explicar mais um pouco.

Mas o importante é que estamos construindo um país com outras bases. Nunca, deputado Padre Pedro Baldissera, a Polícia Federal agiu tanto e de forma tão competente como agora.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu só gostaria de dizer aos nobres pares - e

sei que esta Casa é um Parlamento - aquilo que a comunidade está escrevendo pelo nosso *twitter*, ou seja, que paremos de conversar sobre as coisas que acontecem lá no Distrito Federal ou sobre as questões do partido, e que discutamos, por exemplo, sobre o Hospital Regional de São José, que está com o equipamento de cateter quebrado, que debatamos a questão de segurança. Que discutamos as questões de Santa Catarina, em vez de ficar discutindo dinheiro em cueca ou outras coisas que não nos dizem respeito.

É isso o que estão pedindo através do *twitter*.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, apenas quero dizer que utilizei um minuto de aparte durante o pronunciamento do deputado Pedro Uczai. Não extrapolei o tempo, falei por um minuto, conforme determina o Regimento Interno. Usei o que poderia ter utilizado.

Agora, quero lamentar algo. Tomara que Polícia Federal não dê informação privilegiada para alguns parlamentares que vêm aqui anunciar ações antecipadas, sem sequer a sociedade saber. Talvez os deputados do PT conheçam mais a Polícia Federal do que muita gente aqui.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Eu vou pedir a compreensão dos srs. deputados, pois o local apropriado para o debate ideológico e partidário é a tribuna e não o microfone de apartes. Mas, por questão de igualdade, concedo a palavra ao deputado Pedro Uczai, pela ordem.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Eu não me pronunciarei sobre o que o deputado Jean Kuhlmann falou aqui com relação ao papel da Polícia Federal, porque acho que é outro tema.

Agora, o deputado Kennedy Nunes veio aqui deslegitimar os nossos pronunciamentos. O deputado Kennedy Nunes pode falar o que quiser da tribuna, mas exigimos respeito ao deputado Jean Kuhlmann, que falou do dinheiro na cueca, ao nosso pronunciamento, bem como ao pronunciamento de qualquer deputado desta Casa. Eu acho que precisa haver respeito democrático para cada um manifestar as suas posições.

A verdade é que lá atrás se discutia e condenava-se, e agora porque, quem sabe, se aproximam, num futuro próximo, alianças entre o PP e outras forças políticas, já começam a defender essa postura. Vem aqui falando para o público que não devemos fazer as críticas que achamos necessárias e fundamentais. Se há corrupção, condenamos; se há que discutir ética na política, nós o faremos. Estamos votando o Projeto Ficha Limpa no Congresso Nacional...

(Manifestação interrompida pelo término do tempo regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente e srs. deputados, depois de todo esse mundo de dinheiro, apartes, quero prosseguir com o debate anterior, esclarecendo sobre a lei à qual me referi no pronunciamento anterior. A

secretaria da Segurança Pública não está cumprindo a Lei n. 12.992, de junho de 2004, aprovada na legislatura anterior, que determina que os órgãos de estado da Segurança Pública, Polícia Militar, Polícia Civil - e a responsabilidade é da secretaria de Segurança Pública -, devem publicar os dados, as estatísticas da criminalidade no estado de Santa Catarina. Há três anos que a secretaria não faz isso, ou seja, desde 2007.

Ora, dessa forma fica fácil divulgar números que ninguém sabe de onde saíram, deputado Kennedy Nunes, uma vez que não estão cumprindo a lei e informando a população sobre os dados reais para que se possa até fazer comparativos.

O governo tem anunciado que aumentou em mais de 100% a folha de pagamento dos servidores da Segurança Pública. Toda vez que o governo fala isso os praças da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, assim como os policiais civis e agentes prisionais não entendem para onde é que foi tanto dinheiro. Tivemos de incremento salarial nesses longos oito anos de mandato de Luiz Henrique R\$ 100,00 em agosto de 2007; R\$ 70,00 em janeiro de 2004; R\$ 250,00 em dezembro de 2004; R\$ 300,00 em novembro de 2005. Daí parou três anos, foi um longo e tenebroso inferno de salário congelado. Em julho de 2009, depois de três anos de salário congelado, tivemos R\$ 76,00 para o soldado, R\$ 100,00 de abono e agora, em fevereiro, R\$ 100,00 de abono. Estou-me referindo, evidentemente, ao vencimento do soldado, que não chegou a R\$ 1.000,00 em oito anos de governo. Foram R\$ 276,00 para o soldado, no último mandato de quatro anos do governador Luiz Henrique. Onde é que arrumaram mais de 100% de aumento de salário para os servidores da Segurança Pública?! Os praças da PM e os agentes prisionais estão tentando entender qual é a estatística do governo que mostra um número desse tamanho.

Sr. presidente, falou-se aqui também em milhares de promoções, há as verdades e há também a verdade divulgada da forma que interessa. Eu não conheço e não me lembro de nenhum oficial da Polícia Militar, especialmente de Santa Catarina, que não tenha sido promovido pelo menos duas vezes no mandato de Luiz Henrique da Silveira. Perguntem a um policial na rua: "Qual foi a sua última promoção?" Ele vai dizer: "Foi no ano passado, há dois anos." E a penúltima: "2005, 2004, 2003".

Então, daquele número todo referido na tarde de hoje temos os oficiais, que são seiscentos e pouco, que foram promovidos mais ou menos duas vezes cada um, e os praças, que são bem mais de 90% da instituição, mas só alguns foram promovidos. Ainda temos no estado de Santa Catarina soldado com 24 anos de serviço que não teve nenhuma promoção!

Então, não dá para elogiar tanto o governador que disse que ninguém ficaria mais de sete anos na mesma graduação. No entanto, temos vagas de primeiro-sargento, segundo-sargento, terceiro-sargento e de cabo sobrando na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros também. O que falta para serem preenchidas essas vagas com cabos antigos, com soldados antigos? Os cursos. E o governo não faz porque diz que falta dinheiro para fazer um curso que não custa nada. E temos soldado com 24 anos de serviço. Se fossem preenchidas essas vagas, não teríamos soldado com mais de 15 anos de serviço. Vaga de coronel e de oficial não há nenhuma sobrando, pelo contrário.

Srs. deputados, tratamento no quartel: 13 exclusões, centenas ou talvez

1.000 punições para aqueles policiais e bombeiros que reivindicaram o cumprimento da Lei n. 254.

Além disso, o estado de Santa Catarina não cumpre a Lei da Anistia, que já está em vigor em todo o Brasil há dois meses. Aqui em Santa Catarina não vale! Parece que Luiz Henrique pensa que isso aqui é um reino independente...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Registro a presença, nesta Casa, do secretário Regional de Xanxerê, Ademir José Gasparini, e dos vereadores Rafael Gasparini, Carlos Collato, Gelson Saibo e Ivan Marques, que vieram tratar de assuntos importantes para aquele município.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0065/2010, de autoria do deputado Reno Caramori; 0066/2010, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0067/2010, de autoria do deputado Moacir Sopelsa e outros; 0069/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0070/2010, de autoria do deputado Edison Andriano; 0071/2010, de autoria do deputado Jailson Lima; 0072/2010 e 0073/2010, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0074/2010, de autoria do deputado Pedro Uczai; 0075/2010, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 0076/2010 e 0077/2010, de autoria do deputado Darci de Matos, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s: 0093/2010, 0144/2010, 0145/2010, 0146/2010, 0147/2010, 0148/2010, 0152/2010, 0157/2010, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0139/2010, de autoria do deputado Reno Caramori; 0149/2010, 0158/2010, de autoria do deputado Pedro Uczai; 0150/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0151/2010, de autoria da deputada Ada De Luca; e 0153/2010, 0154/2010, 0155/2010 e 0156/2010, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

Moção n. 0006/2010, de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviada ao presidente da República e aos ministros da Fazenda e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, apelando por medidas emergenciais visando conceder subsídio de 100% dos juros do financiamento das coberturas antigranizo dos pomares de maçã aos produtores da região sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0007/2010, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, a ser enviada ao diretor-geral de Agência Nacional de Transportes Terrestres, manifestando repúdio ao aumento de tarifas de pedágio nas rodovias federais do estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0008/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao

ministro da Saúde, apelando pela revisão dos valores repassados ao teto financeiro anual da assistência ambulatorial e hospitalar, para permanência das equipes multidisciplinares nas Apaes do estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0009/2010, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviada ao ministro da Saúde, apelando, em caráter emergencial, pela revisão dos cortes anunciados nos repasses para as Apaes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0015/2010, de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviado ao secretário da Fazenda, solicitando informações sobre os recursos financeiros transferidos para pessoas jurídicas de direito privado, nos anos de 2009 e 2010, quais as empresas beneficiadas, seus respectivos CNPJs, endereços e quais os valores repassados para cada uma delas.

Em discussão.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, gostaria de saber se este pedido de informação do deputado Pedro Uczai é geral, é para onde? Eu não consegui entender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - O deputado Pedro Uczai pode responder?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - É um comentário geral, e se for para responder com mais rapidez, pode ser para o oeste de Santa Catarina somente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com o adendo do deputado Pedro Uczai, será feito para o oeste de Santa Catarina.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0016/2010, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, a ser enviado ao secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, solicitando informações sobre os procedimentos de revista íntima na Penitenciária de São Pedro de Alcântara.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0017/2010, de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviado ao presidente do

Deinfra e ao secretário de Desenvolvimento Regional de Itajaí, solicitando informações a respeito do convênio celebrado para a pavimentação asfáltica da estrada geral de Santa Luzia, no município de Porto Belo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Manoel Mota, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, hoje ainda estamos, depois da grande festa dos caminhoneiros em Balneário Arroio do Silva, recuperando-nos do cansaço.

Há 24 anos, como prefeito de Araranguá criei essa festa maravilhosa, pois, motorista que fui, orgulho-me de conhecer este país através dos tapetões pretos e de saber que mais de 90% do PIB brasileiro é transportado por esses bravos brasileiros que pilotam os milhões de caminhões da frota nacional.

Fazendo um estudo profundo, o que é que eu iria fazer para valorizar uma categoria que trabalha mais de 16 horas por dia? Pensei muito, estudei muito para ver o que poderia fazer para prestigiá-los. Achei uma forma, que foi realizar o Quilômetro de Arrancada na Areia. Mas como pode um caminhão arrancar na areia? Nós, que vivíamos com os caminhões, sabíamos bem que um caminhão também anda na areia.

Assim, srs. deputados, criamos, em 1985, o I Quilômetro de Arrancada, que no início foi muito discutido e muitos perguntavam se daria certo, se não seria uma fria, uma decepção! E nós, modéstia à parte, inteligentemente, convidamos a imprensa nacional para participar do I Quilômetro de Arrancada, realizado em Balneário Arroio do Silva, à época um distrito de Araranguá, hoje município Balneário Arroio do Silva. A imprensa foi, a festa foi muito linda e conseguimos emplacar a revista *Carreteiro* e a capa da revista *HD Caminhoneiro*.

Como houve uma divulgação fantástica naquela arrancada, no segundo ano a festa foi maior e no terceiro ano, maior ainda. Ai tivemos um prefeito que ficou quatro anos sem realizá-la. O que poderia acontecer? Quando foi disputar às eleições, perdeu. Quem sabe se ele tivesse realizado a festa, não teria perdido? E quem ganhou voltou a realizar o grande evento.

Então, depois de alguns anos, porque o que nós disputamos agora foi o XX Quilômetro de Arrancada, já se comentava que era o maior evento de Santa Catarina, com a presença de caminhões deste Brasil. Depois de mais algumas arrancadas, começou a ser divulgada como o maior evento do Brasil. Não há em nenhum lugar do Brasil, na modalidade de caminhões, um evento tão grande como o de Balneário Arroio do Silva. Na Itália acontece também o Quilômetro de Arrancada; em Washington, nos Estados Unidos, e em vários outros países também acontece evento semelhante, mas em nenhum país essa festa é maior do que a nossa.

Srs. deputados, compareceram ao XX Quilômetro de Arrancada de Caminhões, em

2010, 180 mil pessoas! É, portanto, o maior evento na área de transportes do mundo. Nós ficamos muito feliz, realizado, pois é gratificante o reconhecimento de um evento que foi criado há tanto tempo, pequeno, e que hoje é o maior evento do mundo.

Cada prefeito vem realizando o evento mais organizado e mais forte. Estavam lá caminhoneiros do Brasil inteiro, do Mercosul, Uruguai, Argentina e Chile, olhando como conseguimos fazer um evento tão grande, tão lindo e tão organizado. O presidente da comissão organizadora daquela grande festa é o vice-prefeito Mário Mota. Há até uma brincadeira de chamá-lo de "MM".

Mas quero registrar que o prefeito Evandro Scaini, do Democratas, fez uma organização sem limites, com a participação de muitas empresas como a Petrobras, a Ford e tantas outras que patrocinam o evento, assim como o governo do estado, que sempre participou.

No início foi uma exigência dos caminhoneiros que eu deveria participar, que tinha que correr. Eu, como era prefeito, achava que não deveria, mas eles exigiram. Eu tenho nove títulos: campeão, vice-campeão e 3º colocado. De uns anos para cá tenho apenas participado, porque não há sentido ir para lá e tirar a vaga de um profissional que se preparou o ano inteiro. Não tem sentido! Então, eu tenho feito apenas uma exibição, como fiz no sábado, quando dei arranquei na frente e depois eles me ganharam.

Nós já tivemos a oportunidade de, via satélite, mandar mensagens de dois minutos para Washington, que realiza um evento semelhante, mas só que menor. E eu tenho convicção de que muito em breve, talvez no ano que vem, o evento será transmitido ao vivo não só para Santa Catarina, mas para todo o Brasil.

Quero agradecer à TVAL, à Rádio Alesc Digital e ao nosso jornal, que deram cobertura ao evento no sábado. Foi espetacular, fizeram um trabalho muito bonito. Parabéns a todos os jornalistas, a toda a equipe da TVAL e da Rádio Alesc Digital. A imprensa de toda Santa Catarina e do Brasil também esteve lá. Domingo vai passar uma reportagem no Globo Espetacular, vocês vão ver. Não tive tempo de montar para trazer, mas na próxima vez vou mostrar aqui porque na arrancada não se pode errar. Errou, perdeu! Não tem perdão. Errou uma marcha está fora, porque é rápido e não dá tempo de se recuperar. Assim, é preciso ser muito bom, ter um carro muito afiadinho, prontinho e preparado para chegar e cumprir a missão.

Nas outras edições do evento levantei o troféu de campeão, mas desta feita levantei o troféu de participação. Quero parabenizar todos os caminhoneiros e todas as empresas de transporte que participaram, pois são peças fundamentais para o evento. São os caminhoneiros que carregam a riqueza do país no tapetão preto e essa festa é em homenagem a eles e aos empresários do transporte de Santa Catarina e do Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - O próximo orador inscrito é o deputado Padre Pedro Baldissera, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, inúmeras vezes fiz várias considerações desta tribuna e aproveitei o dia de hoje para trazer presente alguns encaminhamentos que tenho feito, como parlamentar, referentes à minha atividade, ao exercício da minha função e, ao mesmo tempo,

encaminhamentos no sentido de atender especialmente a população catarinense.

Tenho tido uma iniciativa extremamente forte no sentido de atender um setor importante da sociedade catarinense, que é a agricultura. Apresentei neste Parlamento inúmeras iniciativas, todas elas com um cunho extremamente social e com o intuito de proporcionar uma qualidade de vida melhor à população que vive no setor rural. Faço isso exatamente pela identidade que tenho, devido à própria origem e à relação que mantenho com essa classe tão importante e expressiva da sociedade catarinense.

Entre inúmeros projetos, quero realçar alguns que já se tornaram realidade, que se tornaram leis, entre eles a redução do ICMS na comercialização de implementos agrícolas usados. Nós conseguimos um avanço enorme. O governo do estado, através de decreto, atendeu a uma iniciativa do nosso mandato, fazendo com que a redução chegasse a 95% na comercialização de implementos agrícolas usados. Isso é importante tendo em vista a questão da bitributação. Portanto, o governo entendeu bem o sentido da redução de 95% e isso é importante e positivo.

Outra questão, deputado Romildo Titon, que venho discutindo e debatendo desde o meu primeiro mandato é a da compensação financeira pelos serviços ambientais. E já registrei inúmeras vezes que v.exa., como relator do Código Ambiental e posteriormente do projeto do pagamento dos serviços ambientais encaminhado pelo governo do estado, apensou nos autos do projeto de lei do governo do estado essa minha iniciativa. Sou grato a v.exa nesse sentido e sinto-me contemplado enormemente através da sua manifestação e do seu gesto de fazer o apensamento.

Outra matéria para a qual contamos com toda a força do Parlamento foi a derrubada do veto ao projeto que determina a utilização do suco de uva na alimentação escolar, que agora é lei e que tem uma extensão muito grande, porque temos várias regiões do estado que produzem e têm como principal renda a produção de uva.

Antes de o governo federal emitir a legislação que obriga os estados a investirem em produtos oriundos da agricultura familiar, nós adentramos nesta Casa com um projeto de lei determinando que no mínimo 50% da alimentação escolar deverão ser oriundos da agricultura familiar. O projeto está tramitando e contempla, mais uma vez, o setor agrícola.

Além desse, temos vários projetos extremamente importantes, dentre eles a garantia de renda para os agricultores familiares que tiveram perdas causadas por intempéries. Esse projeto está intimamente ligado ao Fundo Social do governo estadual, que prevê que 5% desses recursos devam ser investidos em programas que gerem renda, emprego, tanto no setor urbano quanto no setor rural. Esperamos que ele seja transformado em lei.

Outro projeto é o que destina recursos, através do Fundo Social, para os setores rurais e urbanos, visando bancar a diferença entre o valor comercializado e o preço mínimo estipulado pela política de garantia de preços mínimos do governo federal. Essa diferença poderá ser paga a todos os agricultores familiares que porventura comercializem seus produtos e tenham a garantia do preço mínimo.

É importante ressaltar essa questão e que se avance nesse sentido, porque cada estado pode ter a sua política, pode ter os seus programas, e esse poderia ser um deles.

Outro projeto que já trouxemos para discussão em vários momentos é a questão que envolve a cadeia produtiva da uva. Que nós possamos estender o benefício do crédito presumido, além dos vinhos finos, que são produzidos em uma ou outra região do nosso estado, para todos os vinhos produzidos em Santa Catarina. Ou seja, que com o crédito presumido, ao invés de recolher 25%, que é a taxa do ICMS em cima das bebidas alcoólicas, possa recolher apenas 3%, ficando os outros 22% para investimento. E que ele possa devolver no mesmo critério daquele que produz o vinho fino: em 20 anos, com 5% de juros, que é o valor que já está estabelecido na política do governo do estado.

Por fim, quero registrar mais uma importante iniciativa do nosso mandato, contemplando uma política que o governo federal adota desde agosto de 2003, que regulamenta o sistema nacional de sementes e mudas em nosso país.

Temos, em Santa Catarina, a Lei n. 14.611, de 7 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a fiscalização do comércio estadual de sementes e mudas. Protocolamos, no dia de hoje, o Projeto de Lei n. 0036/2010, que discorre um pouco sobre a política estadual de incentivo à formação de bancos comunitários de sementes e mudas, exatamente para garantir essa diversidade toda.

É importante que tenhamos esse programa e que...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, quero registrar a presença, nesta Casa, do prefeito de Otacilio Costa, sr. Denilson Luiz Padilha, e do vereador Foguinho, da cidade de Santa Helena, no extremo oeste de Santa Catarina.

Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Feito o registro, esta Presidência também agradece a presença do prefeito e do vereador nesta Casa.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, pessoas que estão fazendo uma visita a esta Casa, como o presidente do Sintespe, Mário Antônio da Silva, o prefeito de Ipira, Francisco Maximino Machado de Aguiar, o popular Chico, do Partido dos Trabalhadores, a quem agradeço a presença.

Quero, neste momento, trazer algumas informações sobre um tema muito discutido no Brasil e muito importante para a classe trabalhadora brasileira, que é a questão do emprego. Nós estamos muito felizes e otimistas porque esse tema nos interessa muito e é importante para o país, para os trabalhadores, mas também é importante para um setor da economia que produz alimentos, que é a nossa agricultura.

Eu, desde o início da minha militância, sempre discuti muito a necessidade de gerar mais empregos e de o trabalhador ter, deputado Sargento Amauri Soares, um poder aquisitivo melhor para consumir alimentos de qualidade, a fim de suprir as suas necessidades e ter saúde.

Segundo dados do Caged, que acompanha a geração de emprego no Brasil

desde 2000, o mês de janeiro deste ano foi o mês em que mais se gerou emprego no Brasil. Isso é fundamental neste momento em que grande parte dos países ainda não se recuperou do impacto da crise do neoliberalismo, do capitalismo, do sistema financeiro. Isso é importante para o Brasil, porque o mês de janeiro passa a ser, então, o período em que mais foram gerados empregos: 181.419 novos postos de trabalho.

Outro dado importante é a média de 1999 para cá, passando pelo governo anterior, o governo de Fernando Henrique. Em 1999 tivemos um saldo negativo de 196 mil empregos; em 2001, 591 mil; em 2000, 657 mil; em 2003 já saltamos para 645 mil empregos; em 2004, 1,523 milhão; em 2005, 1,253 milhão; em 2006, 1,228 milhão; em 2007, 1,6 milhão, em 2008, 1,450 milhão, e em 2009, 680 mil.

A perspectiva do ministro do Trabalho e do próprio presidente Lula é que este ano ultrapássemos novamente um milhão de novos empregos, já que no mês de janeiro foram gerados 180 mil novos postos de trabalho. Isso é muito positivo.

É importante salientar nesse contexto que além do poder aquisitivo e do salário terem melhorado, houve a desoneração de imposto sobre o material de construção, os medicamentos e os alimentos. Só nesses três itens foram desonerados, nesses sete anos, mais de R\$ 50 bilhões. Isso significa que a cada real que o trabalhador ganha ele acaba comprando mais com o seu salário. Isso é muito positivo para a classe trabalhadora brasileira.

Mas, srs. deputados, este também é um bom momento para discutirmos outro tema, que é a redução da jornada de trabalho. É importante ressaltar que em muitos países desenvolvidos os trabalhadores têm jornada de trabalho menor do que no Brasil, mas produzem bastante porque têm boas condições de trabalho. Devido à alta tecnologia ele trabalha menos horas e isso reflete no lado psíquico, no lado pessoal, no lado do conhecimento, da preparação, pois terá condições de descansar mais e de estudar.

Então, esse é um grande tema que o Brasil vem tratando com as centrais sindicais e o Congresso Nacional está preparando um grande debate sobre a perspectiva da redução da jornada de trabalho.

Mas eu quero falar também, deputado Jean Kuhlmann, sobre o piso mínimo regional de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Deputado, quero somente fazer uma colocação, para não fugir do tema, até porque v.exa. coloca sempre com muita veemência a questão da política neoliberal, de todos esses princípios. Mas quero apenas fazer uma pequena reflexão para, quem sabe, auxiliar no seu pronunciamento.

Deputado Dirceu Dresch, se há uma coisa que, independentemente da política neoliberal, independentemente do governo e do partido que estão administrando, não muda neste país, aliás, a cada ano fica pior, são os lucros dos bancos. V.Exa. há de concordar comigo que, como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso também tinha, o presidente Lula tem, de alguma forma, a obrigação de coibir esse lucro exacerbado dos bancos, essa política monetária em que o pequeno que precisa de dinheiro para abrir um negócio, para gerar emprego, muitas vezes coloca o seu capital em risco para dar lucro aos bancos.

Então, temos que criar, de alguma forma, uma política que realmente diminua esse lucro dos bancos, que é algo absurdo, lucro esse que já foi enorme nos governos anteriores e que continua enorme no atual. Infelizmente, os bancos ainda detêm um poder muito grande sobre este país e espero que no futuro isso não aconteça mais.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Deputado Jean Kuhlmann, o sistema financeiro quebrou o mundo e, pior, os países acabaram novamente salvando os bancos. Agora, a preocupação que o presidente Lula colocou neste momento de crise foi de que é preciso criar a regulamentação do sistema financeiro no mundo. E nós estamos puxando essa discussão, queremos enfrentá-la, mas precisamos de apoio para fazer esse debate no mundo, porque é o sistema financeiro que manda em muitos países.

Então, é um bom debate para fazer e o PT topa, com certeza, fazer essa discussão.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sra. Deputada Ana Paula Lima - Graças a Deus, deputado Dirceu Dresch, que não houve continuidade do governo de Fernando Henrique Cardoso e de Jorge Bornhausen, porque iam privatizar até os nossos bancos, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, que são um orgulho para o povo brasileiro.

Mas quero dizer que o Brasil está no caminho certo, pois as pessoas podem entrar numa instituição financeira e fazer os seus empréstimos, podem adquirir sua casa própria com o Programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal, do presidente Lula, que é coordenado pela Caixa Econômica Federal.

Então, não temos que dar bola para esse ciúme de pequenos homens que querem fazer injustiça com o nosso governo federal. E, mais ainda, deputado Dirceu Dresch, quando o presidente Lula falava sobre o sistema financeiro e dizia que a crise no Brasil seria uma marolinha, muitos nesta Casa não acreditaram! Mas realmente foi uma marolinha e o Brasil, hoje, é orgulho nacional e internacional.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

De fato é isso, deputada, pois queremos fortalecer os bancos públicos. Não estamos privatizando, pelo contrário, estamos incorporando bancos estaduais e transformando-os em bancos públicos para servir à população brasileira.

Mas neste um minuto que me resta, quero referir-me aos acordos dos dissídios coletivos de Santa Catarina, em que o Tribunal Regional do Trabalho decidiu pela aplicação do piso estadual a todos trabalhadores, mesmo aqueles cuja categoria tem convenção ou acordo coletivo.

Essa é uma ação importante do Tribunal Regional do Trabalho, que de fato apoiou a aprovação do piso mínimo regional em Santa Catarina e a sua implementação para todas as categorias de trabalhadores.

Entendemos que é fundamental essa posição do Tribunal Regional do Trabalho, na perspectiva da melhoria da condição de vida do trabalhador catarinense. E uma das nossas grandes lutas nesta Casa foi a implantação do piso mínimo regional no estado.

Então, isso é muito positivo e queremos continuar essa luta com as centrais sindicais. Entendemos que é fundamental para a economia catarinense, não só para os trabalhadores, porque com o poder aquisitivo

do trabalhador melhorando, vai acontecer no estado o que aconteceu no Brasil, como o aquecimento da nossa economia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Marcos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, antes de fazer o meu pronunciamento e cumprimentar os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio Aleisc Digital, quero dizer à deputada Ana Paula Lima que realmente a Caixa Econômica Federal é um orgulho para todos nós, brasileiros. Da mesma forma que o Banco do Brasil, mas lá não há dinheiro do governo federal, é dinheiro da população brasileira, da poupança do trabalhador, do Fundo de Garantia do trabalhador brasileiro. Então, não venha aqui, deputada, elogiar a Caixa Econômica Federal como sendo um órgão do governo federal, porque é da população brasileira.

Mas, deputado Silvio Dreveck, chamou-me a atenção o que eu li num dos maiores jornais de circulação da imprensa nacional. O jornal *O Estado de S. Paulo*, juntamente com a *Folha de S. Paulo* são os dois jornais de maior circulação no Brasil inteiro. Aproximadamente 400 mil exemplares rodam por este Brasil afora.

Ao folhear o *Estado de S. Paulo* de domingo observei que lá estava encartado um informe publicitário com o seguinte título: "O Rio para todos". Eram oito páginas muito bem elaboradas, todas coloridas, mostrando o que de belo tem o Rio de Janeiro. E é verdade. É a cidade maravilhosa, é a porta de entrada do Brasil.

Mas o que me chamou a atenção, deputado Moacir Sopelsa, não foram as belezas naturais do Rio de Janeiro, até porque essas, quero crer, todos já conhecem. O que me chamou a atenção, deputado Romildo Titon, é que tudo foi pago pelo ministério do Turismo do Brasil. Milhões e milhões de reais destinados a uma cidade, o Rio de Janeiro, que completou 445 anos. Isso é justo, pois temos que comemorar, mas sem discriminar os outros municípios do Brasil.

Hoje pela manhã, ao dar uma entrevista para a *Rádio Entre Rios*, de Palmitos, que comemora 56 anos de emancipação político-administrativa, como no dia de ontem Videira também comemorou mais um aniversário, fizeram-me a seguinte pergunta: "Cadê o dinheiro do governo federal para também divulgar o aniversário de Palmitos?" E eu pergunto: cadê o dinheiro do governo federal para também divulgar o aniversário de Videira? Onde está o dinheiro do governo federal para divulgar o aniversário de Anchieta neste mês de março? Onde está o dinheiro para divulgar o aniversário de Dionísio Cerqueira, que será no dia 13? Aliás, cidade administrada pelo Partido dos Trabalhadores.

Srs. deputados, que discriminação é essa com Santa Catarina?! Despejam milhões de reais no jornal *O Estado de S. Paulo* e fazem o encarte Rio para Todos. Eu não estou mentindo, está aqui, e o ministério do Turismo discrimina Santa Catarina.

Ora, para que Palmitos possa receber centenas, milhares de turistas, principalmente na Ilha Redonda, que é uma estância hidromineral, o governo do estado precisa fazer a pavimentação do acesso. Para que possamos ter atendimento adequado em São Carlos, em Águas de Chapecó, em Piratuba, em Santo Amaro da Imperatriz, em Gravatá, o governo estadual precisa dar a infraestrutura necessária.

Enquanto isso, o governo federal paga milhões de reais para fazer um encarte com publicidade do Rio de Janeiro e não destina nenhum recurso para qualquer cidade de Santa Catarina que esteja festejando o seu aniversário! Isso é continuar discriminando Santa Catarina. E continuar discriminando Santa Catarina é fazer com que nós, deputado Romildo Titon - e v.exa. é de Campos Novos -, tenhamos ainda os nossos trechos críticos das BRs-101, 282, 470, 280, 163, 153, 158.

Sr. presidente, o *Diário Catarinense* do dia 28 de fevereiro fez um levantamento e disse o seguinte: "Trechos críticos. Em seis anos trânsito mata 5.100 pessoas em rodovias federais".

E aí volto àquela velha máxima perguntando para a bancada do Partido dos Trabalhadores, que ainda não me respondeu: o governo federal, de 2007 até 2009, prometeu trazer para Santa Catarina R\$ 1,9 bilhão do PAC. Onde está esse dinheiro?

A Sra. Deputada Ana Paula Lima (Intervindo) - Posso responder, deputado?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - E a resposta é que vieram somente R\$ 630 milhões para Santa Catarina.

A Fiesc, deputado Jean Kuhlmann, fez um levantamento e desmentiu o DNIT, dizendo que o trecho sul da BR-101 só vai ficar pronto depois de 2015.

Quanto ao Aeroporto Internacional Hercílio Luz, de Florianópolis, estão, desde 2003, enganando a população, prometendo e não cumprindo. Agora a Anac queria interditar o Aeroporto Serafim Bertaso, de Chapecó. Ora, onde está a Infraero, para quem pagamos altíssimas taxas?! As mais altas taxas aeroportuárias do mundo são cobradas no Brasil, e Santa Catarina contribui muito. Por que a Infraero não assume o aeroporto de Chapecó, a região mais produtiva de Santa Catarina? O celeiro de grãos do estado está no oeste de Santa Catarina, por que a Infraero não assume o seu aeroporto? Por que a BR-282 não é duplicada? Por que a BR-470 não é duplicada? Por que o porto de Itajaí ainda está praticamente parado? Por que não aumentam o porto de São Francisco do Sul? Onde está o porto de Laguna e o porto de Imbituba? Estão exatamente naquele R\$ 1,3 bilhão que o governo federal insiste em não mandar para Santa Catarina.

E vou mais longe, deputado Dagomar Carneiro. No ano passado, o povo catarinense mandou para Brasília quase R\$ 14 bilhões em impostos e o que veio de retorno foi praticamente nada! Eu gostaria de ver na tribuna da Assembleia Legislativa os deputados do PT respondendo e dizendo onde está o outro R\$ 1,3 bilhão. Digam-me isso!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima (Intervindo) - Está no aumento da pesquisa da ministra Dilma Rousseff!

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Eu li há poucos dias nos jornais que o presidente Lula vai fazer outro PAC para o Minha Casa, Minha Vida, com a construção de mais um milhão de moradias. Mas já construíram um milhão de moradias do PAC? Não! Não há nem 50 mil casas construídas.

Ora, deputada Ana Paula Lima, com todo o respeito que tenho por v.exas., que são deputados brilhantes do Partido dos Trabalhadores, devo dizer que tudo que está sendo anunciado pelo governo federal vai ficar para o próximo governo fazer. É verdade! Tudo o que estão anunciando neste ano e anunciaram no ano passado vai ficar para o próximo governo.

Então, desta tribuna aceito o desafio do Partido dos Trabalhadores para fazer um comparativo entre aquilo que o presidente

Fernando Henrique Cardoso fez e aquilo que o governo Lula está fazendo. Eu aceito o desafio! É um desafio bonito, vai dar um embate bonito, pois quero ver realmente em qual período a população cresceu mais.

Antes, porém, por favor, digam-me onde está o R\$ 1,3 bilhão do PAC, terminem a BR-101 e, Infraero, assumam o aeroporto de Chapecó!

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Marcos Vieira.

Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Quero somente agradecer ao deputado Marcos Vieira pelo aparte que me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado José Natal.

(Pausa)

Na ausência do deputado José Natal, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares e sras. parlamentares aqui presentes, hoje o debate nesta Casa está extremamente acalorado. Mas que bom, isso é bem democrático também, deputado Pedro Uczai.

Eu quero dizer a v.exa. que sou obrigado a tocar num assunto que acabamos debatendo durante a sessão e dizer que se eu tenho tranquilidade é porque tive a oportunidade de ser o primeiro deputado estadual a pedir a expulsão dos acusados. No dia seguinte, após ver as imagens do governador Arruda, após ver as imagens daquelas pessoas que foram expulsas do Democratas, daquelas que se desfiliaram para não ser expulsas, pedi, desta tribuna, a sua expulsão do nosso partido, o Democratas.

Agora, eu gostaria, efetivamente, que o PT tivesse tido a mesma postura quanto àquelas pessoas que estavam envolvidas no mensalão do PT, que estavam envolvidas com aquelas questões de recursos em locais não muito adequados, com a cueca. Eu gostaria que, com relação a tudo aquilo, com relação ao José Dirceu, com relação ao José Genoíno, com relação a todas aquelas pessoas, também tivessem vindo aqui pedir sua expulsão, assim como nós tivemos a oportunidade de pedir.

Quero dizer ainda a v.exa. que se houver mais alguém de quem se tenha uma imagem contundente como a de José Roberto Arruda, vou fazer questão de pedir sua expulsão porque acho isso um absurdo!

Agora, também quero questionar, deputado Pedro Uczai, por que só o governador Arruda foi preso? Por que aqueles envolvidos no mensalão do PT continuam livres, leves e soltos? Por que só um partido político, srs. parlamentares, tem um filiado preso? E eu acho que ele tem que continuar preso, eu defendo que ele tem que continuar preso porque cerceou a investigação, ele prejudicou o curso do processo. Então, tem que continuar preso, sim!

Eu defendo isso como democrata, como um membro do partido que pediu a expulsão dessa pessoa do DEM, porque se há uma coisa que não podemos admitir é que as pessoas que erram, independentemente de partido político, não paguem pelos seus erros, sr. parlamentares, não sejam responsabilizadas pelos seus erros. Entendo, efetivamente, que, independentemente de ser

filiado ao PT, ao Democratas, ao PMDB, deputado Moacir Sopelsa, ao PSDB, deputado Marcos Vieira, todos que erram e têm o seu erro comprovado devem ser literalmente expulsos dos seus partidos políticos e nunca mais ser candidatos. Mas, infelizmente, partidos aceitam que eles se filiem novamente e em muitos casos, deputado Pedro Uczai, a população vê a pessoa ser condenada e depois que ela cumpre a sua pena acaba sendo eleita novamente para exercer um cargo político.

Então, acho que a grande crise neste país é, acima de tudo, a crise moral.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Ouço o deputado Pedro Uczai, com muita tranquilidade.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Jean Kuhlmann, acho que temos que esclarecer aqui que o governador José Roberto Arruda foi visto nas imagens recebendo dinheiro, que o presidente da Assembleia do Distrito Federal foi visto recebendo dinheiro. O então ministro da Casa Civil, José Dirceu, nunca foi visto com nenhum centavo na mão, nem na cueca, nem na mala. Um funcionário ligado ao Partido dos Trabalhadores de São Paulo é que foi visto. Em segundo lugar, José Dirceu já foi condenado politicamente porque perdeu os direitos políticos. Judicialmente, em todos os processos já julgados foi inocentado.

Então, acho que precisamos esclarecer isso, até para fazer justiça. E se houver qualquer condenação judicial contra qualquer um que foi denunciado à época, também sou - como já disse na tribuna tantas vezes, e v.exa. me conhece - o primeiro a defender a expulsão partidária.

Ainda com relação ao governado Arruda, o Judiciário colocou-o na cadeia por uma questão simples: ele afrontou a Justiça quando tentou corromper por R\$ 1 milhão uma testemunha.

Concluo, para não tirar mais tempo do brilhante pronunciamento de v.exa., dizendo que temos que continuar defendendo a moralidade pública e a honestidade. Não somos santos e por isso temos sempre que fazer a autocrítica histórica. O que nos indignou foi quando Jorge Bornhausen não respeitou a democracia, afirmando que seria muito bom acabar com a raça do PT. Não estamos dizendo que o DEM tem que acabar. Estamos condenando e denunciando essas falcaturas, essa corrupção. Inclusive, agora foi condenado o prefeito da minha querida cidade de Chapecó, o que é lamentável, porque gostaria que Chapecó se desenvolvesse cada vez mais.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Deputado Pedro Uczai, se o seu partido tivesse uma prática tão bonita quanto o seu discurso, tenho certeza de que o PT, no momento em que o parlamentar perdeu o seu mandato, no momento em que teve o seu mandato cassado, ou que renunciou para não perder seus direitos políticos, tê-lo-ia expulsado das hostes partidárias.

No meu ponto de vista, se um parlamentar é cassado ou renuncia ao mandato para não sofrer as consequências, ele deveria ser expulso do seu partido político. Ai, sim, todos os partidos estariam dando exemplo. Qualquer partido que não expulsa uma pessoa dessas dos seus quadros comete o mesmo erro e cai na vala comum. Infelizmente, é por isso que os partidos políticos do Brasil não têm credibilidade nem condição de falar do outro porque todos cometem o mesmo erro.

Quero também aproveitar esta oportunidade, sr. presidente, para fazer uma

crítica ao secretário da Segurança Pública, Ronaldo Benedet. Hoje houve a entrega, deputada Ana Paula Lima, de viaturas no município de Blumenau. A Polícia Civil, na pessoa do delegado Maurício Eskudlark, esteve lá entregando viaturas adquiridas com recursos do Fundo Municipal de Segurança Pública, o que é um absurdo!

Quero trazer isso à tona e criticar o secretário pela discriminação com o vale do Itajaí, com o médio vale e com o município de Blumenau.

Hoje, srs. parlamentares, para os senhores terem uma ideia, para que Blumenau e o médio vale tenham um efetivo policial equiparado a cidades como Florianópolis e Joinville, precisariam de cerca de 70 policiais civis a mais além daquele número que já existe. Precisariam de mais de dez veículos para se equiparar, deputado Serafim Venzon, aos outros grandes municípios de Santa Catarina.

Na questão da Polícia Militar, seriam necessários mais 250 policiais e cerca de 20 viaturas para ficar no mesmo nível que os outros municípios do estado. Já com referência aos agentes prisionais, precisaríamos de, aproximadamente, 20 agentes prisionais e três viaturas.

E quando falo 70 policiais civis, deputado Moacir Sopelsa, quando falo em 250 policiais militares, quando falo em 20 agentes prisionais, estou falando não no índice colocado pela ONU como ideal para a segurança pública. Estou falando naquilo que é dado aos outros municípios do estado de Santa Catarina. Essa é a razão da minha reclamação e da minha indignação com o secretário Ronaldo Benedet, pelo absurdo que ele faz com o vale de Itajaí e com a discriminação que ele faz com Blumenau e o médio vale. Ora, com o que aquela região contribui, com o que aquela região tem de população, não é admissível o tratamento que aquela comunidade recebe.

Esses dias estive em Ibirama e lá um servidor do alto escalão de Segurança Pública falou, com muito orgulho, que foi feito um concurso e seriam chamados cerca de 900 policiais civis. Desses 900, até agora Blumenau e o médio vale receberam apenas 12 profissionais! Deputado Serafim Venzon, de 900, somente 12 profissionais!

E há mais! Foram comprados para o estado de Santa Catarina mais de 470 veículos, mas para o médio vale e para Blumenau, dos 470, foram cerca de dez veículos.

E aí quero questionar o secretário Benedet: qual é a prevenção que ele tem com Blumenau e com o médio vale?

E aí faço um apelo ao governador Luiz Henrique para que não admita que isso aconteça mais, não aceite!

E aí faço um apelo à comunidade, à população, às entidades empresariais de Blumenau e do médio vale, à imprensa da região, para que realmente se manifestem e mostrem essa discriminação que nós sofremos por parte da Segurança Pública, principalmente por parte do secretário Ronaldo Benedet, a quem faço aqui esse questionamento.

Não é admissível a discriminação que existe com Blumenau e com o médio vale. Assim, quero pedir o apoio dos parlamentares para uma indicação que deseje encaminhar, sr. presidente, pedindo justamente o envio desses veículos que faltam para equiparar o município de Blumenau aos grandes ...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Jean Kuhlmann.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Kennedy Nunes, a quem concedemos a palavra.

(Pausa)

Na ausência do deputado Kennedy Nunes, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edison Andrino.

(Pausa)

Na ausência do deputado Edison Andrino, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sra. deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL, faço uma saudação especial aos conterrâneos brusquenses, que nos últimos dias fazem uma discussão interminável sobre a questão do IPTU. A administração municipal afirma que não houve aumento algum.

Eu queria dizer a quem nos ouve que quem paga o imposto paga o absoluto, ele não paga o percentual, ele não paga 0,5%, não paga 1%. Ele paga R\$ 10 mil, R\$ 15 mil, R\$ 5 mil, R\$ 150,00. Enfim, o trabalhador paga o imposto no absoluto e não no percentual. De forma que em Brusque o Imposto Predial e Territorial Urbano, pelo menos para quem paga, aumentou de três a quatro vezes.

Parece-me que no ano passado a arrecadação do IPTU de Brusque foi de R\$ 6 milhões. Este ano, o lançamento da conta foi de R\$ 26 milhões, quase R\$ 27 milhões. Ou seja, deputado Pedro Uczai, de R\$ 6 milhões para R\$ 26 milhões dá quase cinco vezes. E cinco vezes é a mesma coisa que dizer 500%. Cinco vezes significa que quem pagava R\$ 100,00 agora vai pagar R\$ 500,00; quem pagava R\$ 150,00, agora vai pagar R\$ 750,00, e assim por diante.

Então, à população de Brusque, a quem estou cumprimentando - e não é esse o meu pronunciamento de hoje -, queria manifestar a minha solidariedade dizendo que precisamos aguardar uma decisão da Justiça. A própria OAB local está entrando judicialmente para ouvir a Justiça, para ouvir o Ministério Público, para ouvir o que diz a lei a respeito disso, se é ou não legal aquela cobrança, se é ou não legal aumentar de R\$ 6 milhões para R\$ 26 milhões. Ou o prefeito acha que está lançando aquele valor para não pagarem? Ele está provocando, simplesmente!

Eu quero dizer que não estou, de maneira alguma, incitando a população a não pagar. Pelo contrário, nunca deixei nenhum tributo a ser pago. Aliás, sempre os tenho pago, até para poder comprovar, com cheque nominal e cruzado à prefeitura todos os anos, desde que moro lá em Brusque. Aliás, tenho muito orgulho, pois a cidade tem crescido muito graças à colaboração de todos.

Mas gostaria de lembrar também, prezado deputado Dagomar Carneiro, que o IPTU não é o único imposto que a prefeitura tem para manter os serviços de saúde, de educação, a infraestrutura urbana, enfim, para atender às necessidades da cidade. Aliás, o IPTU é o menor imposto de todos, o Imposto de Renda é muito grande.

Parece que há uma empresa em Brusque que vai pagar R\$ 900 mil de IPTU. Quero ver pagar! Há outra empresa que vai pagar R\$ 800 mil! Ora, eu acredito que ele deve abater isso do Imposto de Renda, porque vai ser a maior despesa para essa empresa, pois é quase R\$ 1 milhão que sai do caixa e é evidente que terá que ser abatido do Imposto de Renda, imagino.

Mas, continuando, a cidade não recebe só o IPTU, ela recebe o retorno do ICMS. A cidade de Brusque é uma das cidades que mais recebem retorno, é a oitava cidade

de Santa Catarina, das 293, em retorno. Recebe, portanto, um bolão tremendo todo mês, mais de R\$ 3 milhões de retorno do FPM, que é o retorno do Imposto de Renda e do IPI.

Então, a necessidade da cidade recolher impostos? Há sim, mas povo brusquense não paga só o IPTU, paga, por exemplo, o ICMS, do qual é o oitavo maior pagador. Brusque, srs. deputados, é a sexta cidade que mais paga energia elétrica, deputado Dagomar Carneiro. E essa energia elétrica não jogamos fora, transformamos em toalha, em camisa, em produtos que são vendidos. Esse é o trabalho do povo brusquense.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Deputado Serafim Venzon, gostaria de congratular-me com v.exa. e dizer que a cidade de Brusque está passando por um tormento, só se fala em IPTU.

Infelizmente, depois de toda a catástrofe que vivemos, ainda temos mais de 500 famílias, como v.exa. tem acompanhado, que não conseguiram tirar as barreiras que ficam atrás de suas casas, por não conseguirem pagar, talvez, R\$ 1 mil, R\$ 2 mil ou R\$ 3 mil. E agora recebem um presente da administração municipal com mais de 300% de aumento, em média, no seu carne de IPTU.

Deputado Serafim Venzon, a empresa a que v.exa. se referiu, com certeza vai ter que pagar R\$ 900 mil. E o que vai acontecer? Vai sobrar para o trabalhador porque ela terá que demitir os trabalhadores para pagar o IPTU.

É característico em Brusque, deputado Moacir Sopelsa, nosso presidente, algumas famílias deixarem de herança casas e terrenos, o que não significa que essas pessoas que têm essas propriedades tenham poder aquisitivo para comprá-las. O IPTU foi medido, infelizmente, não pela capacidade de pagamento do trabalhador, mas pelo valor simbólico criado por uma empresa de fora, que avaliou os imóveis de uma maneira errônea, o que, sem dúvida nenhuma, vai trazer um grande prejuízo.

Parabéns pelo pronunciamento, nós, em Brusque, estamos acompanhando atento porque a população está atônita, já que durante a campanha se pregou mudança e a que está ocorrendo é no bolso do contribuinte, no bolso do cidadão brusquense.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado Dagomar Carneiro.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Vou falar muito rapidamente, até porque não tenho todos os detalhes dessa decisão do nosso querido prefeito Paulo Eccel.

A pergunta que faço, e fui prefeito também, é se foi atualizado o valor venal das propriedades e se essa atualização está acima do preço de mercado ou não, ou se, historicamente, estava muito aquém, muito abaixo. A própria prefeita Angela Amin, na capital, fez a atualização do valor venal, assim como tantos outros municípios a fizeram.

Então, vamos buscar informações e num outro momento esclareceremos a intenção, a finalidade, do nosso prefeito e se realmente houve aumento do IPTU ou se houve apenas a atualização do valor venal, pois são coisas distintas do ponto de vista tributário.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Deputado Pedro Uczai, a sua colocação me

induz a uma posição. Diz o prefeito, que eu respeito muito e até já tive uma audiência depois dessa questão do IPTU, que a lei do IPTU era velha, era de 1996. E aí eu pergunto ao povo brusquense se ele sabe quantos anos tem a lei dos Dez Mandamentos. Os Dez Mandamentos têm quase quatro mil anos. Alguém diz que é uma lei velha?

E outra coisa, deputado Pedro Uczai, com relação ao reajuste, quanto deveria ser o valor do salário mínimo? Porque quem está pagando o IPTU é o trabalhador que ganha salário mínimo! Eu tenho como pagar, o deputado Dagomar Carneiro também. Nós temos como pagar! Agora, há 42 mil brusquenses que trabalham nas fábricas. O salário mínimo, deputado Pedro Uczai, tinha que ser - ou v.exa. acha que tinha que ser de apenas R\$ 500,00? - de R\$ 2.500,00. Esse deveria o valor!

Deputado Moacir Sopelsa, para concluir, quero dizer que a justificativa do reajuste do IPTU foi a mera desculpa para aumentar o imposto, sim, porque há muitas outras coisas que deveríamos reajustar, mas não conseguimos. E um exemplo é o tal do salário mínimo. Enquanto não corrigimos o poder aquisitivo do povo brusquense, como de resto, de todo o povo catarinense, também não poderemos majorar tanto os impostos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa.

Srs. parlamentares, público que nos acompanha pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e aqueles que nos dão a honra de sua presença nesta sessão ordinária, quero lembrar, primeiramente, aos parlamentares que às 18h teremos na entrada da Assembleia Legislativa o lançamento do livro *Desastre de 2008 no Vale do Itajaí - Água, Gente e Política*.

Mas, deputados Jailson Lima, Moacir Sopelsa, Serafim Venzon e Dagomar Carneiro, não sei nem por onde começo o meu discurso na tarde de hoje. Confesso que nem estava inscrita, mas não posso ficar calada diante de tantas injustiças aqui cometidas. E até vou começar por uma deixa do deputado Serafim Venzon sobre o salário mínimo!

Deputado Moacir Sopelsa, quando o presidente era o Fernando Henrique, o sonho de todo brasileiro era ganhar US\$ 100 de salário mínimo! Veja bem, o salário mínimo já está em US\$ 300! E US\$ 100 era o sonho, era a referência a ser alcançada no governo do PSDB.

Mas eu acredito, deputado Moacir Sopelsa, que essa ira, essa raiva, esse rancor exalado do microfone, na data de hoje, deve-se à pesquisa em nível nacional, que está muito boa. Falava eu com os meus companheiros do Partido dos Trabalhadores, do qual me orgulho muito de pertencer, que temos que separar as instituições das pessoas. Não é porque uma pessoa comete um erro que a instituição toda tem problemas, e isso nós, como parlamentares, temos que falar porque é isto o que a mídia quer, acabar com a democracia que temos no país, conseguida a duras penas e pela qual muitos companheiros morreram.

Isso não se pode dizer do sr. Jorge Bornhausen, porque ele, à época, fazia parte da ditadura, que matou muita gente no estado de Santa Catarina. Ele estava ao lado de João Figueiredo! E quem não se lembra dos acontecimentos aqui na capital do estado de Santa Catarina? Mas agora está posando de

bom moço, querendo resolver o problema do país que ele ajudou a fundar. Quem não lembra, srs. parlamentares, do homem da mala preta em Santa Catarina? Era assim que ele era conhecido, deputado Jailson Lima! O homem da mala preta! O mesmo homem que disse que queria acabar com a raça do Partido dos Trabalhadores!

Srs. deputados, a nossa raça está muito forte, muito determinada, colocando o Brasil nos trilhos. A raça que vai acabar é a deles. Pelo menos é o que afirma uma revista de circulação nacional, ou seja, que os democratas correm o risco de sumir, pois cortam as cabeças deles mesmos. Eles não têm coragem de defender os companheiros. Por quê? Porque aceitaram José Roberto Arruda quando ele saiu do PSDB, inclusive renunciando ao mandato na época, deputado Pedro Uczai. E agora não querem saber dele! O único governador que eles tinham está no xadrez!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. nos concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputada Ana Paula Lima, José Roberto Arruda já se tinha envolvido na história do painel eletrônico. Mas depois foi acolhido pelo DEM!

Quero parabenizar v.exa. e lamentar que o único governador do DEM esteja manchando com corrupção a festa dos 50 anos de Brasília, a nossa linda capital federal.

O deputado Jean Kuhlmann está pedindo coerência, coerência, coerência. Quando vierem mais denúncias do DEM em Santa Catarina, nós esperamos que ele seja coerente e exija a expulsão dos democratas catarinenses.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Coerência e justiça! O governo do presidente Lula vai muito bem, obrigada. E isso já está expresso no resultado da pesquisa, deputado Jailson Lima, pois a nossa ministra, uma mulher de quem me orgulho muito, está avançando bastante.

Eu imagino como deve estar o governador José Serra: alagado e prestes a renunciar no próximo dia 3 de abril sem saber se será ou não candidato. Deve estar dormindo mal à noite, pois poderá abrir mão do governo de São Paulo, ao mesmo tempo em que o seu partido vê o seu nome caindo nas pesquisas.

Mas eu quero dizer uma coisa a v.exas.: temos que fazer justiça neste Parlamento. Ouvi atentamente os deputados que me antecederam na tribuna e verifiquei que não se fala a verdade, deputado Edison Andrino.

Muito dinheiro veio para o estado de Santa Catarina, para a reconstrução, para a duplicação da BR-101, para a duplicação da BR-470. Espero que depois não apareça picareta fazendo onda, como aconteceu com a BR-282, que vários prometeram - e eu nem era deputada - prometeram, fizeram festa, mas quem concluiu foi o presidente Lula que, por sinal, virá novamente ao estado no próximo dia 12, a fim de que inaugurar essa belíssima obra!

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.exa. nos concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputada Ana Paula Lima, fizemos audiências públicas sobre as melhorias da BR-470, no alto vale, sobre os trevos. Agora foi licitada a passagem do trevo de Lontras. Na semana passada as empresas se habilitaram. São mais de R\$ 5 milhões só naquele trevo.

O filho do ex-senador Jorge Bornhausen, o deputado federal Paulinho

Bornhausen, apareceu lá com Ronaldo Caiado e companhia limitada, com a tal da Comissão da Transparência. Ora essa comissão não funciona em Brasília! Os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estadão* fizeram uma panacéia sobre a questão de Eletrobrás, sobre José Dirceu. Mas os órgãos de imprensa agora dizem que aquilo foi uma fantasia da *Folha de S. Paulo*.

Portanto, a sua intervenção mostra, em primeiro lugar, que os índices de aprovação do governo Lula em Santa Catarina são fruto das ações do governo federal no estado. Em segundo, mostra que a nossa ministra - é o que diz a pesquisa Datafolha - não subiu só no restante do país, mas em Santa Catarina já encostou no pré-candidato José Serra, do PSDB, o partido que entregou o governo com um salário mínimo de US\$ 70, salário que hoje está em US\$ 271. E podem vir de Aécio Neves, deputado Serafim Venzon, porque eu acho que ele só vai aparecer em Minas Gerais e vai acabar sendo mesmo é senador.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Será que está na mala preta do sr. Jorge Bornhausen? Porque a mala preta do sr. Jorge Bornhausen precisa ser aberta! Esse homem, com o seu filhinho de papai que é deputado, ter a coragem de falar alguma coisa com o passado que tem?!

Deputado Edison Andrino, será que o sr. Jorge Bornhausen esqueceu de quanto bateu nos catarinenses? Escondeu, matou! O sr. Jorge Bornhausen tem que dar a cara, sim! Tem que falar a verdade sobre os bancos que quebraram dos quais era sócio! Tem que falar das privatizações que queria fazer da nossa Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil, da Petrobras, quando era ministro e senador. Ele queria privatizar tudo porque um estado menor era melhor para governar.

O governo do presidente Lula está sendo ótimo, srs. parlamentares, e o recado que dou aos democratas é o recado que a revista está dando e que o sr. Jorge Bornhausen precisa ouvir: os democratas correm o risco de sumir do mapa político brasileiro. Vamos começar por Santa Catarina, onde hoje fazem parte do governo Luiz Henrique da Silveira, do PMDB, infelizmente, de quem fomos aliados por muito tempo e de quem seremos no futuro, se Deus quiser, porque pensamos da mesma forma em alguns aspectos.

Faço um desafio ao deputado Marcos Vieira, para começar a abrir a caixa preta da secretaria de Turismo, que é do PSDB, cujas contas não foram aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado. Porque ali tem apadrinhamento, porque ali alguns conseguem recursos e outros não. O que dizem os artistas do estado de Santa Catarina, que não conseguem nenhum recurso para seus projetos? Essa caixa preta eu quero abrir e o povo catarinense precisa ficar sabendo!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edison Andrino, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres srs. deputados, quero, na tarde de hoje, registrar com pesar a perda de duas figuras importantes na história desta cidade, na história de Santa Catarina, principalmente na história de Florianópolis.

Primeiramente, quero registrar a morte de Vó Chica, Francisca Paulina Inácio, mulher do seu Deca, lá do Campeche, o famoso seu Deca que recebia o avião francês Antoine Saint-Exupéry, quando a Base Aérea, ou seja, o campo de aviação de Florianópolis era na praia do Campeche.

Seu Deca faleceu há uns três anos e esta semana, sr. presidente, faleceu Vó Chica, que tinha 97 anos de idade, 14 filhos, 120 netos, muitos bisnetos, e que foi uma mulher que contribuiu para o engrandecimento e para o folclore da nossa bela Ilha de Santa Catarina.

Vejam v.exas. que, influenciados pelo avião Saint-Exupéry, os manezinhos do Campeche resolveram fazer um avião. Puseram numa árvore, amarraram e gritaram: "Corta a corda, Chical!" A Chica cortou a corda e, claro, o avião caiu. Isso faz parte do folclore desta cidade e virou enredo de escola de samba faz alguns anos.

Foi uma senhora que contribuiu muito com o seu Deca para a colonização do sul da ilha. É uma família tradicional, que hoje ainda vive no Campeche, com muitos descendentes. Recentemente, receberam em Florianópolis o sobrinho do escritor Saint-Exupéry e através de uma parceria com a França, o filho do seu Deca, Getúlio, escreveu um livro intitulado *Deca e Zé Perri*. Porque os manezinhos do sul da ilha chamavam Saint-Exupéry de Zé Perri. Então, faz parte, hoje, do folclore, da história desta cidade, e essa senhora, junto com o seu esposo, o seu Deca, deu uma contribuição muito grande para o crescimento, para o desenvolvimento do sul da ilha. Uma mulher que era benzedeira, meio enfermeira, meio parteira, que numa época distante, é bem verdade, contribuiu de maneira substancial para o engrandecimento e o desenvolvimento do sul da ilha e também da capital dos catarinenses.

Outro registro que faço, sr. presidente, é sobre um jornalista, uma figura ilustre, pertencente a uma família tradicional de Brusque, a família Krieger, que tem dom para a música e para o esporte.

Esta Casa teve a oportunidade, no passado, de homenageá-lo, quando realizou uma sessão para comemorar os 40 anos do AI-5, época em que muitas pessoas foram presas no país, entre elas várias figuras ilustres de Florianópolis. Naquela sessão, por minha iniciativa, homenageamos Marcílio Krieger, um jornalista, sr. presidente, preso durante a ditadura militar e, quem sabe, uma das maiores autoridades em direito esportivo do Brasil.

Recentemente tive a oportunidade, enquanto dirigia meu automóvel, de ouvir um debate na *CBN Nacional* com vários deputados e pessoas que discutem o esporte, a legislação esportiva, e deste debate participava também Marcílio Krieger.

(Passa a ler.)

"Marcílio Krieger nasceu em Brusque, graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina em 1963. Irmão do arcebispo dom Murilo Krieger, foi um dos criadores do Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD). Faleceu no dia 25 de fevereiro, aos 71 anos, após sofrer uma parada cardíaca.

Homenageado na sessão especial que propus nesta Casa lembrando os 40 anos do golpe militar, Marcílio Krieger possui sua história voltada para defesa da justiça e da democracia. Militante da Juventude Universitária Catarinense (JUC), da Ação Popular (AP) e ex-presidente da UCE/671, foi preso em São Paulo, em 1968; exilou-se em dezembro de 1969, voltando ao Brasil dez anos depois.

Assessor de direto do governador José Serra na UNE, dirigia o carro no dia 1º de abril de 1964 quando procuravam um lugar seguro para refugiar-se da polícia da ditadura. Na avenida Nossa Senhora de Copacabana, endereço de um apartamento em que

poderiam abrigar-se, Marcílio desconfiou de um sujeito ao lado da porta do prédio, pelo que decidiram não parar e abandonar aquele local onde iriam refugiar-se.

Em mensagem do ex-presidente da UNE/64, o governador José Serra, sobre o falecimento, relata que no Chile, Marcílio foi encarregado da produção de um 'visual didático' sobre a trajetória da ditadura no Brasil e que guardou a imagem de homem de caráter, íntegro, de boa-fé, grande espírito de militância e trabalhador.

Foi autor de algumas obras importantes para o esporte brasileiro, como: *Código Brasileiro Disciplinar de Futebol Anotado e Legislação Complementar; Terceiro milênio: comentários ao Código Brasileiro Disciplinar do Futebol; Lei Pelé e Legislação Desportiva Brasileira Anotadas.*

Foi membro do Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol (STJD) até 2008.

Torcedor do Figueirense, Marcílio Krieger foi um dos grandes colaboradores do clube catarinense na batalha jurídica travada em 2002 na busca pelo acesso à Série A do Campeonato Brasileiro".

Eu tive, sr. presidente, como deputado federal, na CPI do Esporte em Brasília, que era dirigida pelo senador Geraldo Althoff, DE Santa Catarina, a oportunidade de convidar o nosso companheiro Marcílio Krieger, que se fez presente naquela cidade, dando uma aula de direito esportivo para todos os senadores e deputados que acompanhavam aquela CPI.

Por isso, quero aproveitar a oportunidade, na tarde de hoje, para registrar nesta Casa a perda deste ilustre catarinense, brasileiro, que muito contribuiu para a redemocratização do Brasil e para o esporte profissional, Marcílio Krieger. Muito obrigado, sr. presidente, pela oportunidade. É um registro que faço para não deixar passar em

branco a vida deste cidadão que foi um exemplo para todos nós.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopesla) - Muito obrigado, deputado Edison Andriano, está feito o registro.

De acordo com o art. 110 do Regimento Interno, a Presidência comunica que são as seguintes matérias destinadas para a Ordem do Dia da 12ª Sessão Ordinária, a ser realizada no dia 3 de março de 2010:

Discussão e votação em turno único das mensagens de veto n.s: 01362/2009, 01404/2009, 01498/2010, 01505/2010, 01511/2010.

Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para quarta-feira, no horário regimental.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 004-DL, de 2010

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições ALTERA o Ato da Presidência nº 001-DL, de 23 de fevereiro de 2010.

Substituí o Deputado Antônio Aguiar, na Comissão de Educação, Cultura e Desporto, pelo Deputado Edison Andriano.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Deputado Antônio Aguiar
Deputado Darci de Matos
Deputado Marcos Vieira
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Décio Góes
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Elizeu Mattos
Deputado Romildo Titon
Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Deputado Jean Kuhlmann
Deputado Marcos Vieira
Deputado José Natal Pereira
Deputado Pedro Uczai
Deputado Lício Mauro da Silveira
Deputado Sílvio Dreveck
Deputado Manoel Mota
Deputado Renato Hinnig
Deputada Professora Odete de Jesus

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Deputado Darci de Matos
Deputado Nilson Gonçalves
Deputado Pedro Uczai
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Genésio Goulart
Deputado Adherbal Deba Cabral
Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Deputado Ismael dos Santos
Deputado Serafim Venzon
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Reno Caramori
Deputado Romildo Titon
Deputado Rogério Mendonça (Peninha)
Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Deputado José Natal Pereira
Deputada Ana Paula Lima
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Carlos Chiodini
Deputado Adherbal Deba Cabral
Deputado Ismael dos Santos
Deputada Professora Odete de Jesus

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Deputado Jean Kuhlmann
Deputado José Natal Pereira
Deputado Décio Góes
Deputado Reno Caramori
Deputado Manoel Mota
Deputado Carlos Chiodini
Deputado Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Deputado Cesar Souza Júnior
Deputado Serafim Venzon
Deputado Pedro Uczai
Deputado Lício Mauro da Silveira
Deputado Edison Andriano
Deputado Elizeu Mattos
Deputado Derli Rodrigues

COMISSÃO DE SAÚDE

Deputado Darci de Matos
Deputado Dado Cherem
Deputada Ana Paula Lima
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Antônio Aguiar
Deputado Genésio Goulart
Deputada Professora Odete de Jesus

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Deputado Jean Kuhlmann
Deputado Dado Cherem
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Manoel Mota
Deputado Elizeu Mattos
Deputado Derli Rodrigues

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Deputado Serafim Venzon
Deputado Pedro Uczai
Deputado Sílvio Dreveck
Deputado Carlos Chiodini
Deputado Elizeu Mattos
Deputado Renato Hinnig
Deputado Derli Rodrigues

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL,

COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Deputado Nilson Gonçalves
Deputada Ana Paula Lima
Deputado Lício Mauro da Silveira
Deputado Elizeu Mattos
Deputado Renato Hinnig
Deputado Edison Andriano
Deputado Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Deputado Ismael dos Santos
Deputado Marcos Vieira
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Reno Caramori
Deputado Edison Andriano
Deputado Renato Hinnig
Deputado Derli Rodrigues

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Deputado Dado Cherem
 Deputado Pe. Pedro Baldissera
 Deputado Reno Caramori
 Deputado Edison Andriano
 Deputado Adherbal Deba Cabral

Deputado Darci de Matos
 Deputado Derli Rodrigues

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Deputado Ismael dos Santos
 Deputado Nilson Gonçalves
 Deputado Pe. Pedro Baldissera
 Deputado Lício Mauro da Silveira
 Deputado Rogério Mendonça (Peninha)
 Deputado Genésio Goulart
 Deputada Professora Odete de Jesus

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 03 de março de 2010

Deputado Gelson Merísio

Presidente

*** X X X ***

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 005-DL, de 2010

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições ALTERA o Ato da Presidência nº 002-DL, de 23 de fevereiro de 2010.

Substituí o Deputado Edison Andriano, na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, pelo Deputado Antônio Aguiar.

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Deputado Jean Kuhlmann
 Deputado Serafim Venzon
 Deputado Pe. Pedro Baldissera
 Deputado Kennedy Nunes
 Deputado Joares Ponticelli
 Deputado Antônio Aguiar
 Deputado Adherbal Deba Cabral
 Deputado Romildo Titon
 Deputada Professora Odete de Jesus

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 03 de março de 2010

Deputado Gelson Merísio

Presidente

*** X X X ***

ATOS DA MESA**ATO DA MESA Nº 151, de 03 de março de 2010**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR a servidora **ANA LUCIA COELHO MIGNONI**

BOTELHO, matrícula nº 1104, da função de Assessoria Técnica Consultoria, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de fevereiro de 2010 (DL - Consultoria Legislativa).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 152, de 03 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR o servidor **ARMANDO LUCIANO**

CARVALHO AGOSTINI, matrícula nº 1901, da função de Assistência Técnica Consultoria, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de março de 2010 (DL - Consultoria Legislativa).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 153, de 03 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0028/2010,

RESOLVE: *com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,*

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, à servidora **HEDVIGES MARIA CAMPREGHER FRANCISCO**, matrícula nº 1800, no cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-61, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 154, de 03 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0063/2010,

RESOLVE: *com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,*

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, ao servidor **NELSON VANELLI**, matrícula nº 1536, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-46, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 155, de 03 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0024/2010,

RESOLVE: *com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,*

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, ao servidor **JAIR JOAO PEREIRA**, matrícula nº 1763, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-41, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 156, de 03 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0052/2010,

RESOLVE: *com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,*

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, ao servidor **ALBINO TEIXEIRA**, matrícula nº 1590, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-42, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Procurador-Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1717ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dez, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1717ª sessão ordinária. Presentes: Doutores: Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, Cecília Biesdorf Thiesen, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Ao iniciar os trabalhos o Senhor Presidente deu conhecimento ao Colegiado dos assuntos originários da Procuradoria tratados na reunião da Mesa do dia 24/02/2010, onde todos os pareceres foram aprovados. 1) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 2314/09, de Gerson da Rosa; Processo nº 0075/10, Hilário Carlos Schermer; Processo nº 0077/10, de Maria da Graça Brasil Caldas; Processo nº 0147/10, de Alexandre Silva Brandão; Processo nº 0157/10, de Olavo Turcato; Processo nº 0163/10, de Irineu Woginhack; Processo nº 0164/10, de Ivan Carlos Hillesheim; Processo nº 0165/10, de Jerusa Schauffler Lehmkuhl; Processo nº 0167/10, de José Marcos Nazari; Processo nº 0183/10, de Germano Griss Neto; Processo nº 0105/10, de Laércio Braz Ghisi; Processo nº 0130/10, de Sônia Maria da Silveira; Processo nº 0135/10, de Sílvia Rejane Botomé; Processo nº 0003/10, de Maria Izabel Maciel; Processo nº 0009/10, de Clarice Gomes de Faria. 2) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0073/10, de Ana Maria de Queiroz Garcia; Processo nº 0074/10, de Armando Luciano Carvalho Agostini; Processo nº 0152/10, de Sinaia Regina Landt; Processo nº 156/10, de Alexandre Tumelero; Processo nº 0170/10, de Carmem Maria Savi; Processo nº 0171/10, de Cláudia Regina Ferreira; Processo nº 0172/10, de Cristina Schirley da Silva Neves, Processo nº 0028/10, de Hedvigues Maria Campregheer Francisco; Processo nº 0063/10, de Nelson Vanelli e a Consulta - Of. CL nº 040/2010 de 17/02/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Edital de Pregão Presencial - contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças dos elevadores da ALESC". 3) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Seccon, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 2279/09, de Eliane da Cunha Achar, e a Consulta - Of. CL nº 033/2010 de 10/02/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta de Dispensa de Licitação nº 002/2010 e do contrato celebrado com a Empresa SILITEC Equipamentos Eletrônicos e Serviços Ltda.". Continuando, o relator retirou de pauta o Processo nº 2146/09, de José Luiz Roslindo. 4) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 2306/09, de Marta Lúcia Massolini Lippel; Processo nº 0067/10, de Ivone de Fátima Bonomini de Luna; Processo nº 0068/10, de Roberson Dornbusch; Processo nº 0078/10, de Rosita Nunes; Processo nº 0104/10, de Maria do Bonsucesso Vitor Koerich; Processo nº 0052/10, de Albino Teixeira, e aprovado parecer pelo arquivamento a Consulta - Of. nº 016/2010 de 11/01/2010, Interessado: Cyro Veiga Soncini - Presidente do Sindicato dos Médicos do Estado de SC "Subsídios para o recolhimento e repasse da contribuição sindical". Do mesmo relator, saiu de pauta com pedido de vista ao Dr. Sérgio Augusto Machado, a Consulta - Of. CL nº 043/2010 de 18/02/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo Aditivo ao Contrato nº 012/2007-00, ONDREPSB Limpeza e Serviços Especiais Ltda. e ALESC". 5) Relatoria da Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0072/10, de Ivann de Almeida Viana; Processo nº 0080/10, de Martha Fernandez Gonzaga Curial, e retirado de pauta pela relatora o Processo nº 0103/10, de Laine Maria de Nadal, continuando, Processo nº 0141/10, de Giorgia da Silva; Processo nº 0148/10, de Allan Munhoz Madeira; Processo nº 0149/10, de Alexandre Gonzaga dos Santos; Processo nº 0166/10, de Beatriz Ramos Fraga; Processo nº 0168/10, de Jones Uriques; Processo nº 0169/10, de Catiana Bittencourt; Processo nº 0174/10, de Daiane Cristina Borba; Processo nº 0190/10, de Flori Mathias; Processo nº 0191/10, de Jeferson Geraldo Garcia; Processo nº 0107/10, de Aristue Vieira Stadler; Processo nº 0126/10, de Vilson Paulo da Silva; Processo nº 0131/10, de Anibal Cantalicio Estanislau. A relatora deu conhecimento do Ofício nº 036/2010/TP - Informações na ADI nº 2007.045228-6/0001.00, Requerente: Procurador -Geral de Justiça do Estado de SC e Requeridos: Governador

do Estado de SC e ALESC. 6) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0071/10, de Edison Knapp; Processo nº 0081/10, de Maria Izabel Maciel; Processo nº 0076/10, de Maria Josefina Minucci Camargo; Processo nº 0143/10, de Gutieres Baron; Processo nº 0150/10, de Alexandre Dorta Canella; Processo nº 0151/10, de Adalberto José Olinger; Processo nº 0153/10, de José Paulo Cascaes; Processo nº 0173/10, de Gesiane Campos da Silva; Processo nº 0184/10, de Eliete Carvalho; Processo nº 0185/10, de Fábio Luiz Ferri; Processo nº 0186/10, de Fernanda Neto Witese Araujo Silva; Processo nº 0187/10, de Flávio Cardoso; Processo nº 0108/10, de Paulo Roberto Herbst; Processo nº 0125/10, de Miguel Antonio Atherino Apostolo; Processo nº 0024/10, de Jair João Pereira e a Consulta - Of. CL nº 039/2010 de 17/02/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2010-01, celebrado com a Empresa TAF Distribuidora Ltda., fornecimento de leite para a ALESC". 7) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0139/10, de Ana Regina Zilli Seemann, Processo nº 0140/10, de Nilvaldo José Tonelli; Processo nº 0158/10, de Andrey Wessler; Processo nº 0159/10, de Antônio Vicente Bulcão Vianna; Processo nº 0161/10, de Josiane Benevenute; Processo nº 0162/10, de Jorge Acir Cordeiro; Processo nº 0188/10, de Geraldo Pereira Barbosa; Processo nº 0189/10, de Lorene Bastos Flores; Processo nº 0065/10, de Maria de Lourdes Ghizzo; Processo nº 0066/10, de Rosilene Maria Sodré; Processo nº 0079/10, de Sérgio Luiz Sell; Processo nº 0133/10, de Valci Martins; Processo nº 0134/10, de Edson Biazussi, e as Consultas: Ofício CL nº 032/2010 de 10/02/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta de Dispensa de Licitação nº 001/2010 e do contrato celebrado com a Empresa BROADCAST Produção e Locação Ltda."; Ofício CL nº 053/2010 de 22/02/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Edital de Pregão - aquisição de nove nobreaks senoidais para racks de 1500 VA, para Informática da ALESC" e o Ofício nº 0216/2010/DS de 02/02/2010, Interessada: Maria Carolina Milani Caldas - Delegada de Polícia "Solicita dados cadastrais de todos os policiais militares e seguranças da ALESC". Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia dez (10) de março. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 24 de fevereiro de 2010.

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2010

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 5.000 (CINCO MIL) CAMISETAS PARA CAMPANHA INTITULADA DE "O QUE VOCÊ TEM A VER COM A CORRUPÇÃO?", CONFORME TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 007/2010, CELEBRADO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DESANTA CATARINA.

DATA: 16/03/2010 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 16 de março de 2010. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 03 de março de 2010.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 010/10

Ofício nº 008/10-FERJ

Jaraguá do Sul, SC, 2 de março de 2010.

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Gelson Merísio

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Florianópolis - SC
Senhor Presidente,

A Fundação Educacional Regional Jaraguense - FERJ, estabelecida na Rua dos Imigrantes nº 500, bairro Rau, na cidade de Jaraguá do Sul - SC, vem apresentar, para fins de emissão de atestado de funcionamento, a documentação conforme art. 3º da Lei 15.125, de 19 de janeiro de 2010.

Atenciosamente,

Paulo Onildo de Matos
Tesoreroiro

Fundação Educacional Regional Jaraguense - FERJ
Lido no Expediente
Sessão de 03/03/10

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 235, de 3 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor JOSE MARTINS DAS NEVES, matrícula nº 5546, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-36, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2010 (Gab Dep Marcos Vieira).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 236, de 3 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR JOSE HENRIQUE DAS NEVES, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-36, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Marcos Vieira).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 237, de 3 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora ANA LÚCIA MALHEIRO BAGATINI, matrícula nº 6129, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-29, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2010 (Gab Dep Romildo Titon).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 238, de 3 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ANA LÚCIA MALHEIRO BAGATINI, matrícula nº 6129, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2010 (Gab Dep Romildo Titon).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 239, de 3 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor LEONEDE CRESTANI, matrícula nº 4282, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2010 (Gab Dep Romildo Titon).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 240, de 3 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR LEONEDE CRESTANI, matrícula nº 4282, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2010 (Gab Dep Romildo Titon).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 241, de 3 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor ALCIDES GOMES, matrícula nº 4379, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2010 (Gab Dep Romildo Titon).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 242, de 3 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ALCIDES GOMES, matrícula nº 4379, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2010 (Gab Dep Romildo Titon).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 243, de 3 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR NERI LUZ DE AZEVEDO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-42, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Liderança do DEM).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI N.º 036.2/10

Dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à Formação de Bancos Comunitários de Sementes e Mudanças e dá outras providências.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à Formação de Bancos Comunitários de Sementes e Mudanças.

Art. 2º A política de que trata esta Lei será executada no âmbito da Política Estadual de Desenvolvimento Rural, objetivando à preservação da agrobiodiversidade e o desenvolvimento sustentável.

Art. 3º Para os fins desta Lei, considera-se banco comunitário de sementes e mudas a coleção de germoplasmas de cultivares locais ou crioulos, que são variedade desenvolvida, adaptada ou produzida, em condições *in situ*, administrada localmente por agricultores familiares responsáveis pela multiplicação de sementes ou mudas para distribuição, troca ou comercialização.

Parágrafo único: o cultivar crioulo ou local é desenvolvido pelo assentado da reforma agrária quilombola, indígena e agricultor familiar, e caracterizado pela presença fenotípica, identificada pela respectiva comunidade, dessemelhante aos cultivares comerciais;

Art. 4º São objetivos precípuos da Política Estadual de Incentivo à Formação de Bancos Comunitários de Sementes e Mudanças:

I - fomentar a proteção dos recursos genéticos locais, visando à sustentabilidade dos agroecossistemas;

II - resgatar e perpetuar espécies, variedades e cultivares produzidos em unidade familiar ou tradicional, prioritariamente as espécies vegetais para alimentação;

III - amparar a biodiversidade agrícola;

IV - prevenir dos efeitos das adversidades ambientais;

V - incentivar a organização comunitária;

VI - respeitar os conhecimentos tradicionais;

VII - fortalecer valores culturais; e

VIII - preservar patrimônios naturais.

Art. 5º São instrumentos da Política Estadual de Incentivo à Formação de Bancos Comunitários de Sementes e Mudanças:

I - o incentivo fiscal e tributário;

II - o crédito rural;

III - a extensão rural e a assistência técnica; e

IV - a pesquisa agropecuária e tecnológica;

Art. 6º Na implementação da política de que trata esta Lei, cabe ao poder público:

I - realizar parcerias com entidades que tenham experiência na gestão de banco comunitário de sementes e mudas, nos biomas e ecossistemas do Estado para a capacitação de agricultores;

II - auxiliar as iniciativas de assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas e agricultores familiares no alcance de recursos atinentes ao Sistema Nacional de Sementes e Mudanças;

III - apoiar processos de diagnóstico participativo relacionados à sensibilização e ao resgate da agrobiodiversidade nas propriedades familiares rurais;

IV - patrocinar a instalação e apoiar o funcionamento de bancos de sementes de mudas locais ou crioulas;

VI - desenvolver sistema de reposição das sementes e estimular o uso de variedades locais ou crioulas;

VII - implantar cadastro de bancos comunitários de sementes no Estado;

VIII - realizar, em parceria com os Municípios e entidades civis, eventos destinados à troca de experiências e ao intercâmbio de germoplasmas;

IX - identificar demandas de cada Banco Comunitário;

X - disponibilizar imóveis públicos e privados aptos à instalação de bancos comunitários de sementes e mudas;

XI - auxiliar na elaboração técnica de projetos de bancos de sementes; e

II - estimular a participação e a organização de comunidades rurais.

Art. 7º A Política Estadual de Incentivo à Formação de Bancos Comunitários de Sementes e Mudanças será executada pela Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e coordenada pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, desenvolvida com a participação de entidades da sociedade civil que lidam com sementes de cultivares locais ou crioulos.

Art. 8º A fiscalização do comércio de sementes e mudas, correspondente aos fins desta Lei, será efetuada pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC.

Art. 9º O órgão executor da política de que trata esta Lei poderá celebrar convênios com a União.

Art. 10 O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 30 (trinta) dias, mediante edição de decreto.

Art. 11 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputado Padre Pedro Baldissera

Lido no Expediente

Sessão de 03/03/10

Justificativa

O presente Projeto de Lei, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à Formação de Bancos Comunitários de Sementes e Mudanças, entre outras questões de mérito, pretende atribuir ao Estado de Santa Catarina a sua função normativa e complementar no âmbito do Sistema Nacional de Sementes e Mudanças, conforme Lei Federal nº 10.711, de 5/08/2003. Da mesma forma, naquilo que cabe à fiscalização do comércio estadual de sementes e mudas - a proposição conta com as atribuições da Lei Estadual nº 14.611, de 07/01/2009.

A semente é o início da cadeia produtiva de alimentos e por isso tem um valor estratégico. Uma Política Estadual de Incentivo à Formação de Bancos Comunitários de Sementes e Mudanças produzirá, entre outros ganhos, a diversidade na agricultura, ajudando a enfrentar as abruptas mudanças climáticas causadoras de desastres ambientais. Além disto, quaisquer outras adversidades ecológicas, como o ataque de uma nova praga, representam uma grande ameaça aos plantios uniformes, sem base genética para reações, colocando a segurança alimentar em risco.

Com o processo de modernização da agricultura foram introduzidas sementes híbridas, e agora, em especial, sementes transgênicas, o que promoveu uma drástica redução das variedades tradicionais, fazendo com que praticamente desaparecessem, causando o que chamamos de erosão genética. Isto segue a lógica econômica da

produção focada no número relativamente pequeno de espécies usadas na alimentação humana, em relação às plantas comestíveis. A agricultura convencional concentrou esse número, selecionando os cultivares mais produtivos. A expansão da biotecnologia agrícola sinaliza uma tendência maior para a redução da diversidade genética, aumentando a vulnerabilidade da agricultura.

Empresas produtoras de sementes sustentam uma espécie de reserva de mercado, restringindo o direito dos agricultores de guardar as sementes e reproduzi-las para uso próprio, obrigando-os a comprar frequentemente novas sementes. Além disto, mitos são reproduzidos e desinformações disseminadas, com o objetivo de consolidar este interesse comercial. Por exemplo, no caso das sementes crioulas, há o argumento de que elas não são seguras, porque não passam por testes laboratoriais.

Ora, Senhores e Senhoras Parlamentares, as variedades crioulas são as sementes produzidas pelos próprios agricultores. O mundo funcionou assim, na totalidade, até a metade do século passado. A partir do momento em que a semente vira mercadoria, cria-se todo um imaginário falacioso, nutrido a ilusão de que a semente não comercial tem qualidades inferiores.

Em nosso Estado existem diversas iniciativas de agricultores familiares e de comunidades tradicionais, no sentido do cultivo de sementes crioulas e de mudas nativas. Fruto dessas atividades agroecológicas, temos alguns eventos - já registrado em nosso calendário -, como a Festa Nacional do Milho Crioulo, Feira Nacional das Sementes Crioulas, ambas no mês de abril, no município de Anchieta, e a Feira Regional de Sementes Crioulas e da Biodiversidade, no planalto norte catarinense. Porém, essas iniciativas, participes de uma realidade ecológica bastante presente e tradicional, não dispõem de uma política incentivadora, como já vem sendo realizado em outros Estados da Federação, com legislação própria, como recentemente criada em Minas Gerais.

Santa Catarina precisa fazer a sua parte, integrando-se institucionalmente às iniciativas agroecológicas desenvolvidas pela agricultura familiar, no que diz respeito à questão de sementes e mudas. Ao invés de promover a distribuição de sementes adquiridas por empresas, estimulando apenas uma clientela agricultora, deve adquirir o papel de fomentador na produção de sementes e de mudas, ampliando ainda mais as disponibilidades governamentais e sua capilaridade, a exemplo do financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em consonância com o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças, ou ainda do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF). Esses são alguns dos programas federais que incentivam a produção de sementes crioulas, entre diversas outras fontes de parcerias existentes na sociedade civil.

Um banco de sementes possui, grosso modo, uma lógica bastante parecida a de uma caderneta de poupança do campo. As sementes são "depositadas" em um armazém, podendo ali ficar meses, anos e até séculos, e "sacadas" quando for preciso, ou seja, serão usadas no replantio em caso de algumas culturas destruídas. Atualmente há cerca de 1.400 bancos de sementes em todo o mundo. O Brasil tem o quarto maior banco genético do mundo, na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com cerca de 150 mil amostras.

Em diversas regiões do mundo os bancos comunitários de sementes e mudas têm criado resultados importantíssimos para a sustentabilidade da agricultura familiar, promovendo a recomposição ambiental de vários ecossistemas e biomas,

Portanto, excessivamente justificada, a matéria tramita à disposição dos ajustes eventuais de mérito em seu texto, da qual submeto ao julgamento dos (as) ilustres Pares nesta Casa Legislativa, a quem peço o apoio, face às preocupações acerca da necessária implantação da Política Estadual de Incentivo à Formação de Bancos Comunitários de Sementes e Mudanças, contribuindo com o desenvolvimento das unidades familiares de produção e até mesmo com a garantia do abastecimento interno do Estado.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 037/10

Declara de utilidade pública a Associação Cultural dos Pescadores de Otacílio Costa - Aspec.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural dos Pescadores de Otacílio Costa - Aspec, com sede no município de Otacílio Costa.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Derli Rodrigues

Lido no Expediente

Sessão de 03/03/10

JUSTIFICATIVA

Trazemos à consideração deste Parlamento proposta de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação Cultural dos Pescadores de Otacílio Costa.

Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos e que tem por finalidade promover atividades relacionadas à pesca amadora e esportiva, sem prejuízo à natureza, incentivar a organização de programas estimulando a assistência social e comunitária e promover a proteção dos ecossistemas, com preservação e manutenção de áreas e espécies representativas, entre outras ações em benefício da população e do município de Otacílio Costa.

Assim, por entender que a declaração de utilidade pública servirá como incentivo àquela entidade, solicito aos nobres Pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 038/10

Altera a redação do inciso II do art. 2º da Lei Promulgada nº 12.573, de 4 de abril de 2003, que dispõe sobre o atendimento ao consumidor nos caixas das agências bancárias.

Art. 1º O inciso II do art. 2º da Lei Promulgada nº 12.573, de 4 de abril de 2003, terá a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

II - até vinte minutos;"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Derli Rodrigues

Lido no Expediente

Sessão de 03/03/10

JUSTIFICATIVA

Trata-se, Senhores Deputados, de iniciativa que pretende corrigir o dispositivo em vigor com o intuito de garantir aos consumidores a devida atenção dentro de um período de tempo que entendo mais razoável, posto que os trinta minutos estabelecidos no inciso II do art. 2º da Lei Promulgada nº 12.573, de 4 de abril de 2003, é um prazo muito longo.

Atentemos para o fato que quem deve ter seus direitos assegurados neste aspecto é o cidadão consumidor e não as instituições bancárias que, por seus lucros exorbitantes, devem sim se adequar às necessidades de seus clientes e correntistas.

Deste modo, apelo a vossas excelências para que aproveemos esta modificação, que entendo ser de grande valia para toda a população usuária do sistema bancário.

Sala das Sessões,

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 039/10

Estabelece o pagamento da diferença entre o preço mínimo e o valor de comercialização dos produtos dos agricultores familiares e dá outras providências.

Art. 1º Esta Lei estabelece o pagamento da diferença entre o preço mínimo e o valor de comercialização dos produtos dos agricultores familiares.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - preço mínimo, aquele praticado pela política de garantia de preços mínimos vigente no País; e

II - agricultor familiar, o produtor rural que se enquadra no PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar.

Art. 3º O pagamento da diferença entre o preço mínimo e o valor de comercialização dos produtos é efetuado nas agências dos Bancos oficiais, imediatamente creditado na conta corrente do produtor rural, mediante apresentação de nota fiscal da venda do produto.

Art. 4º O Executivo regulamentará e implementará a fiscalização necessária para a garantia de que a comprovação do produtor rural, sujeito a receber pelo preço mínimo, corresponda à realidade.

Art. 5º A garantia do pagamento aos agricultores familiares, especificados no art.3º desta Lei, necessários para o pagamento da diferença entre o preço mínimo e o valor de comercialização dos produtos, se dará a partir dos recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento Social - FUNDOSOCIAL, de acordo com o inciso I, do artigo 8º, da Lei 13.334, de 28 de fevereiro de 2005.

Art. 6º Compete ao Conselho deliberativo do FUNDOSOCIAL dar cumprimento a presente Lei.

Art. 7º Para efeito de implementação do disposto nesta Lei, o órgão executor poderá celebrar convênios com a União.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 30 (trinta) dias, mediante edição de decreto.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputado Padre Pedro Baldissera

Lido no Expediente

Sessão de 03/03/10

Justificativa

No Brasil, cerca de quatro milhões de pequenas propriedades rurais empregam 80% da mão de obra do campo e produzem 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira. Em Santa Catarina, um dos principais produtores de alimentos do país, o setor agrícola representa 14,3% do PIB estadual. A nossa agricultura familiar representa mais de 90% da população rural. O reconhecimento da importância do trabalho familiar, da pequena e média produção agrícola, exige a implementação de uma política de desenvolvimento rural, compatível com a dignidade e importância econômica dos produtores.

Importantes passos já foram dados, no sentido da valorização estratégica do trabalho familiar na agricultura, porém ainda observamos uma série de deficiências no setor, que continua sendo penalizado em função de uma lógica excludente e insegura do mercado agrícola.

O Governo Federal, no ano de 2006, visando à sustentação de preços dos produtos da agricultura familiar, assim como a articulação das diversas políticas de crédito e de comercialização agrícola, criou o Programa de Garantia Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF). A partir desta política, o agricultor familiar, contratante da operação de custeio do Pronaf, tem o seu financiamento vinculado ao preço de garantia do PGPAF, que é o valor do custo de produção médio da região, levantado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Assim, diante da diferença entre o preço de garantia e o preço de mercado é valorado um bônus, que é um desconto em percentual equivalente à diferença verificada. Este desconto é aplicado pela instituição financeira no saldo devedor dos financiamentos de custeio do Pronaf.

Partindo da mesma concepção do PGPAF, sempre intervindo quando o preço de comercialização estiver abaixo do custo de produção, o presente projeto de lei propõe a ampliação desta motivação no mercado da agricultura familiar em Santa Catarina, na medida em que operará não somente nos casos em que ocorre o financiamento da lavoura, pois creditará na conta corrente do produtor rural o valor correspondente à diferença entre o preço mínimo e o valor de comercialização dos produtos, garantindo efetivamente os custos da produção.

Na defesa deste pressuposto, o da garantia da cobertura do custo de produção, e fundamentado no Art.144, II, da Constituição do Estado de Santa Catarina, em que - entre outras questões - se preceitua que a política de desenvolvimento rural deva ser planejada, executada e avaliada, levando em conta as condições de produção e comercialização dos produtos agrícolas, esta proposição, submetida à análise de Vossas Excelências, representará um grande avanço na economia agrícola catarinense.

Ademais, fundamentado na coerência legislativa e nos limites da constitucionalidade, aponto a fonte de recursos, necessária para a implementação do pagamento da diferença entre o preço mínimo e o valor de comercialização dos produtos agrícolas, advinda do Fundo de Desenvolvimento Social - FUNDOSOCIAL, conforme já estabelecido em sua instituição, no inciso I, do Art. 8º, da Lei nº 13.334, de 2005, referente à geração de emprego e renda, inclusão e promoção social, no campo e nas cidades.

Finalmente, a matéria tramita à disposição dos ajustes eventuais de mérito em seu texto, da qual submeto ao julgamento dos (as) ilustres Pares nesta Casa Legislativa, a quem peço o apoio, face às preocupações acerca do necessário estímulo ao desenvolvimento das unidades familiares de produção e até mesmo à garantia do abastecimento interno do Estado.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 040/10

Dispõe sobre procedimentos a serem observados no âmbito dos serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e dá outras providências

Art. 1º As empresas prestadoras do serviço deverão reservar aos idosos com renda igual ou inferior a dois salários-mínimos:

I - duas vagas gratuitas por veículo do serviço convencional de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros que detenha acima de 20 lugares e de uma por veículo de até 20 lugares;

II - desconto de 50%, no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas.

Parágrafo único. O benefício concedido por esta Lei ao idoso não exclui os direitos garantidos aos demais passageiros.

§ 1º Considera-se idoso a pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos, de acordo com o art. 1º da Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003.

§ 2º Considera-se empresa prestadora do serviço a que executa serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros em linhas regulares.

§ 3º Considera-se serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros o que transpõe o limite do município.

§ 4º Considera-se linha o serviço de transporte coletivo de passageiros executado em uma ligação de dois pontos terminais, nela incluída os seccionamentos e as alterações operacionais efetivadas, aberto ao público em geral, de natureza regular e permanente, com itinerário definido no ato de sua delegação ou outorga.

§ 5º Considera-se seção o serviço realizado em trecho do itinerário de linha do serviço de transporte, com fracionamento do preço de passagem.

§ 6º Considera-se bilhete de viagem do idoso o documento que comprove a concessão do transporte gratuito ao idoso, fornecido pela empresa prestadora do serviço de transporte, para possibilitar o ingresso do idoso no veículo.

§ 7º Incluem-se na condição de serviço convencional de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros os prestados com veículo de características básicas, com ou sem sanitários, em linhas regulares.

§ 8º O benefício deverá ser garantido em todos os horários dos serviços convencionais, ainda que operados com veículos de características diferentes.

§ 9º O idoso, para fazer uso da reserva prevista nos incisos I e II deste artigo, deverá solicitar um único "Bilhete de Viagem do Idoso", nos pontos de venda próprios da permissionária.

§ 10 Na existência de seções, nos pontos de seção devidamente autorizados para embarque de passageiros, a reserva de assentos também deverá estar disponível até o horário definido para o ponto inicial da Linha, consoante o previsto no § 2º do art. 2º.

§ 11 Após o prazo estipulado no § 2º do art. 2º, caso os assentos reservados não tenham sido objeto de concessão do benefício de que trata esta Lei, as empresas prestadoras dos serviços poderão colocar à venda os bilhetes desses assentos, que, enquanto não comercializados, continuarão disponíveis para o exercício do benefício da gratuidade.

§ 12 No dia marcado para a viagem, o idoso deverá comparecer ao terminal de embarque até trinta minutos antes da hora marcada para o início da viagem, sob pena de perda do benefício.

Art. 2º Além das vagas previstas nos incisos I e II do art. 1º, a empresa prestadora do serviço deverá conceder aos idosos com renda igual ou inferior a dois salários-mínimos o desconto mínimo de cinquenta por cento do valor da passagem para os demais assentos do veículo do serviço convencional de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros.

§ 1º O desconto previsto no caput deste artigo incidirá sobre o valor da passagem calculado com base na Planilha Tarifária aprovada pelo DETER - Departamento de Transportes e Terminais para o respectivo serviço e horário.

§ 2º Para fazer jus ao desconto previsto no caput deste artigo, o idoso deverá adquirir o bilhete de passagem obedecendo aos seguintes prazos:

I - para viagens com distância de até 100 km, com, no mínimo, uma hora de antecedência em relação ao horário de partida do ponto inicial da Linha do serviço de transporte, podendo solicitar a emissão do bilhete de viagem de retorno, respeitados os procedimentos da venda de bilhete de passagem, no que couber;

II - para viagens com distância de 101 até 300 km, com, no mínimo, três horas de antecedência em relação ao horário de partida do ponto inicial da Linha do serviço de transporte, podendo solicitar a emissão do bilhete de viagem de retorno, respeitados os procedimentos da venda de bilhete de passagem, no que couber; e

III - para viagens com distância acima de 301 km, com, no mínimo, seis horas de antecedência em relação ao horário de partida do ponto inicial da Linha do serviço de transporte, podendo solicitar a emissão do bilhete de viagem de retorno, respeitados os procedimentos da venda de bilhete de passagem, no que couber.

Art. 3º No ato da solicitação do "Bilhete de Viagem do Idoso" ou desconto do valor da passagem, o idoso deverá apresentar documento pessoal que comprove idade mínima de sessenta anos e renda igual ou inferior a dois salários-mínimos.

§ 1º A prova de idade do idoso far-se-á mediante apresentação do original de qualquer documento pessoal, com fé pública, que contenha foto.

§ 2º A comprovação de renda será feita mediante apresentação de um dos seguintes documentos:

I - Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS com anotações atualizadas;

II - contracheque de pagamento ou documento expedido pelo empregador;

III - carnê contribuição para o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS;

IV - extrato de pagamento de benefício ou declaração fornecida pelo INSS ou outro regime de previdência social público ou privado; ou

V - documento ou carteira emitida pelas Secretarias Estaduais ou Municipais de Assistência Social ou congêneres.

§ 3º Fica facultado às empresas permissionárias tirar, às suas custas, cópias dos documentos apresentados pelo idoso, para fins de controle da concessão do benefício.

Art. 4º O "Bilhete de Viagem do Idoso" será emitido pela empresa prestadora do serviço em pelo menos duas vias, sendo que uma via será destinada ao passageiro e não poderá ser recolhida pela transportadora e nela constarão, no mínimo, as seguintes indicações:

I - nome, endereço da empresa prestadora do serviço, número de inscrição no CNPJ e data da emissão do bilhete;

II - denominação "Bilhete de Viagem do Idoso";

III - número do bilhete e da via;

IV - origem e destino da viagem;

V - prefixo da Linha e suas localidades terminais;

VI - data e horário da viagem;

VII - número da poltrona;

VIII - nome do beneficiário;

IX - número do documento de identificação do beneficiário; e

X - informação da obrigatoriedade do beneficiário comparecer ao terminal de embarque até trinta minutos antes da hora marcada para o início da viagem, sob pena de perda do benefício.

§ 1º Na ausência de bilhete específico, fica facultado à empresa adotar qualquer documento que contenha as especificações mínimas referidas neste artigo.

§ 2º A segunda via do "Bilhete de Viagem do Idoso" deverá ser arquivada, permanecendo em poder da empresa prestadora do serviço durante os trezentos e sessenta e cinco dias subsequentes ao término da viagem.

Art. 5º O "Bilhete de Viagem do Idoso" e o bilhete com desconto do valor da passagem são intransferíveis.

Art. 6º As empresas prestadoras do serviço deverão assegurar ao idoso beneficiário da gratuidade ou do desconto mínimo de cinquenta por cento os mesmos direitos do usuário previstos na legislação do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, cabendo a ele as mesmas obrigações.

Parágrafo único. Não estão incluídas no benefício as tarifas de pedágio e de utilização de terminais.

Art. 7º A infração ao disposto nesta Lei sujeita os responsáveis:

I - no caso de servidor ou de chefia responsável pelo órgão, unidade ou empresa pública, às penalidades previstas na legislação específica;

II - no caso de transportadora, às seguintes penalidades:

a) advertência por escrito;

b) multa de 100 vezes o valor da passagem, podendo chegar a 1.000 vezes, no caso de reincidência;

c) revogação unilateral da concessão, permissão ou autorização.

Parágrafo único. As penas de multa ou revogação unilateral da concessão, permissão ou autorização são aplicadas após o devido processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

Lido no Expediente

Sessão de 04/03/10

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

No dia 01 de outubro de 2003, o Presidente Lula sancionou a Lei nº 10.741, criando o Estatuto do Idoso, depois de sete anos tramitando no Congresso Nacional, essa Lei ampliou os direitos dos cidadãos acima de 60 anos.

Ela foi mais abrangente do que a Lei de 1994, que tinha criado a Política Nacional do Idoso e que apenas dava garantias à terceira idade.

Esse novo Estatuto incluiu penas severas para quem desrespeitar ou abandonar cidadãos da terceira idade.

Outro grande avanço foi a inclusão do direito ao transporte coletivo gratuito aos maiores de 60 anos, antes somente algumas cidades garantiam esse benefício aos idosos. Sendo que nos transportes coletivos interestaduais, o estatuto garante a reserva de duas vagas gratuitas em cada veículo para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos. Se o número de idosos exceder o previsto, eles devem ter 50% de desconto no valor da passagem, considerando-se sua renda.

Nesta esteira, depois de muitas solicitações de catarinenses, amparado na Lei Federal nº 10.741 e no Decreto nº 5.934, que estabeleceu os mecanismos e critérios a serem adotados na aplicação do disposto do art. 40 da referida lei é que apresentamos a presente proposta legislativa.

Não podemos admitir que nosso Estado seja um dos poucos da Federação que ainda não trata a matéria com o devido reconhecimento, pois o idoso ou o aposentado que deveriam manter o mesmo padrão de vida do qual gozariam se estivessem em atividade passam muitas vezes por enormes dificuldades.

Aquilo que deveria se constituir numa justa compensação por toda uma vida de trabalho está muito longe de figurar no cotidiano de muitos brasileiros.

Ao aprovarmos o presente projeto de lei temos a certeza de que a cidadania estará sendo valorizada, pois estaremos reconhecendo a garantia de um dos sagrados direitos fundamentais e colaborando com a inclusão social em Santa Catarina.

Com a proposta ora apresentada, intencionamos proporcionar aos idosos, condições mais dignas de sobrevivência, certo que o limite estabelecido para o número de vagas e o percentual de desconto não trarão prejuízos para nenhuma empresa permissionária ou concessionária, nem mesmo para o Estado de Santa Catarina, garantindo-se assim o benefício aos demais passageiros.

Assim, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria.

Sala das Sessões,

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 002/10 MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCURADORIA - GERAL DE JUSTIÇA

Florianópolis, 3 de março de 2010

Ofício n. 80955/PJG

Excelentíssimo Senhor

Deputado **GELSON MERÍSIO**

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

NESTA

Assunto: Remessa de Projeto de Lei Complementar.

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o cordialmente, venho, no exercício das atribuições institucionais que são cometidas ao Procurador-Geral de Justiça, remeter a essa augusta Assembléia Legislativa, com a justificativa anexa, projeto de lei que cria Cargos de Procurador de Justiça e Promotorias de Justiça nas Comarcas da Capital e de São José, Palhoça e Canoinhas.

Na certeza do pleno acolhimento por parte dessa Casa Legislativa, renovo-lhe as melhores expressões de apreço.

Atenciosamente,

GERCINO GERSON GOMES NETO

Procurador - Geral de Justiça

Lido no Expediente

Sessão de 03/03/10

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 002/10

Cria cargos de Procurador de Justiça e Promotorias de Justiça nas comarcas da Capital e de São José, Palhoça e Canoinhas e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam criados, na estrutura do segundo grau do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, 10 (dez) cargos de Procurador de Justiça.

Art. 2º Ficam criados, na estrutura organizacional do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, com lotação vinculada aos gabinetes do Procuradores de Justiça, 10 (dez) cargos de Assessor Jurídico e 10 (dez) cargos de Assistente de Procuradoria de Justiça, com a classificação, os requisitos e as vedações previstas no art. 1º da Lei Complementar n. 276, de 27 de dezembro de 2004.

Art. 3º Ficam criadas, na estrutura de primeiro grau do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, as seguintes Promotorias de Justiça:

I - de entrância especial:

- a) a 36ª Promotoria de Justiça da comarca da Capital; e
- b) a 37ª Promotoria de Justiça da comarca da Capital.

II - de entrância final:

- a) a 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Canoinhas;
- b) a 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Palhoça;
- c) a 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Palhoça;
- d) a 8ª Promotoria de Justiça da comarca de Palhoça;
- e) a 11ª Promotoria de Justiça da comarca de São José; e
- f) a 12ª Promotoria de Justiça da comarca de São José.

Parágrafo único. Para cada Promotoria de Justiça criada na forma do *caput*, fica também criado o respectivo cargo de Promotor de Justiça, obedecendo a mesma numeração ordinal e classificando-se na mesma entrância.

Art. 4º Ficam criados, na estrutura organizacional do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, para lotação unitária vinculada a cada qual das Promotorias de Justiça criadas na forma do artigo 3º, 8 (oito) cargos de Assistente de Promotoria de Justiça, com a

classificação, os requisitos e as vedações previstas no art. 1º da Lei Complementar nº 276, de 27 de dezembro de 2004.

Art. 5º O provimento dos cargos de Procurador de Justiça e de Assessor Jurídico e Assistente de Procuradoria de Justiça, assim como a instalação das Promotorias de Justiça e o provimento dos respectivos cargos de Promotor de Justiça e Assistente de Promotoria de Justiça, criados através desta Lei Complementar, dependerão da existência de suporte orçamentário e financeiro no âmbito do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão a conta do orçamento do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigência na data de sua publicação.

Florianópolis, _____.

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei complementar (PLC) prevê a criação, no âmbito do segundo grau do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, de 10 (dez) cargos de Procurador de Justiça, Assessor Jurídico e de Assistente de Procuradoria de Justiça. Igualmente, no primeiro grau, visa criar 8 (oito) novas Promotorias de Justiça, com os respectivos cargos de Promotor de Justiça e de Assistente de Promotoria de Justiça, contemplando as comarcas da Capital (2), na entrância Especial, e de Canoinhas (1), Palhoça (3) e São José (2), na entrância Final.

Justifica-se o projeto em face do incremento da atuação do Ministério Público perante o egrégio Tribunal de Justiça catarinense, assim como nas comarcas referidas, tornando imperioso à Instituição aparelhar-se adequadamente à satisfação das necessidades impostas pela crescente demanda.

Os dados numéricos constantes nos arquivos do *Parquet* catarinense acerca do volume de trabalho existente nas Procuradorias de Justiça e junto às comarcas contempladas com novas Promotorias de Justiça atestam essa necessidade, sendo a criação de mencionadas unidades ministeriais o único caminho viável para assegurar-se o préstimo de serviços condignos com os reclamos das respectivas populações.

Salientamos, em especial, a situação da Procuradoria-Geral de Justiça. Com a edição da Lei Complementar n. 388, de 25 de julho de 2007, que elevou de 40 (quarenta) para 50 (cinquenta) Desembargadores o total de membros do Tribunal de Justiça, criou-se uma disparidade entre esses o número de Procuradores de Justiça (que permaneceu em 40). Esse aumento tornou ainda mais grave a diferença já existente entre os cargos do segundo grau do Poder Judiciário e do Ministério Público catarinenses, pois já atuavam naquela época (e continuam até hoje a atuar) 24 (vinte e quatro) juizes de Direito substitutos de segundo grau. Assim, verifica-se que existem atualmente 74 (setenta e quatro) membros do Poder Judiciário julgando no Tribunal de Justiça catarinense e, por outro lado, apenas 40 (quarenta) membros compoando as Procuradorias de Justiça.

Agora, com a perspectiva real de criação de 10 (dez) novos cargos de Desembargador, e, conseqüentemente, de novas Câmaras no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, é necessário também o Ministério Público acompanhar esse quadro de ampliação, com a criação de novos cargos de Procurador de Justiça.

Quanto às novas Promotorias, foram levados em consideração dados essencialmente técnicos, em especial o volume de trabalho nas comarcas registrado na Corregedoria-Geral do Ministério Público. Apenas para exemplificar, na comarca da Capital já se encontra em atuação plena a Vara do Júri, com jurisdição exclusiva incidente sobre processos relativos a crimes dolosos contra a vida. Sem embargo, a atuação ministerial pública é realizada de forma cumulada com os processos da 1ª Vara Criminal. Nesse passo, a criação de duas novas Promotorias na comarca da Capital (36ª e 37ª) terá por escopo permitir a instalação de unidades do Ministério Público para atuação, também exclusiva, nos processos em trâmite na Vara do Júri, de modo a eliminar problemas como duplicidade de pautas, além de permitir maior especialização dos promotores que venham a exercer suas funções em tão importante campo da atividade institucional.

Quanto a Canoinhas, há bom tempo que apenas duas Promotorias de Justiça naquela comarca são insuficientes para o atendimento da demanda. E, quanto a Palhoça e São José, dispensa maiores comentários o incremento populacional (e, via de consequência, do volume de trabalho forense) de tais comarcas nos últimos anos, assim como o aumento do número de unidades judiciárias, tornando imperiosa também a criação de novas unidades ministeriais públicas para o atendimento dos reclamos sociais.

Assim, submeto o presente PLC à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa do Estado, esperando a devida atenção dos senhores parlamentares, contando com sua aprovação.

Florianópolis, 19 de fevereiro de 2010.

GERCINO GERSON GOMES NETO

Procurador-Geral de Justiça

*** X X X ***